

## Índice

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Programa de Integridade	19
5.5 - Alterações significativas	24
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	25

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	26
10.2 - Resultado operacional e financeiro	59
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	62
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	63
10.5 - Políticas contábeis críticas	65
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	74
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	75
10.8 - Plano de Negócios	76
10.9 - Outros fatores com influência relevante	78

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1- Política de gerenciamento de riscos e controles internos

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia adota uma política de gerenciamento de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2019 ("Política de Gestão de Riscos").

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos**

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo definir as diretrizes, conceitos, ações e responsabilidades a serem observados pelos administradores da Companhia no processo interno de gerenciamento de eventos incertos que podem causar impactos negativos no cumprimento dos objetivos da Companhia, incluindo os procedimentos a serem observados para identificação, categorização, avaliação, tratamento e monitoração dos riscos atrelados aos negócios da Companhia e de empresas do mesmo grupo econômico da Companhia.

**i. os riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência e busca proteção para as principais categorias de risco que possa impactar suas atividades e operações, quais sejam:

- Risco de Crédito: medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de título de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros junto à Companhia, nos termos pactuados originalmente, gerando perdas financeiras;
- Risco de Liquidez: possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos;
- Risco de Exposição Cambial: decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento do câmbio, considerando a exposição da Companhia a compromissos assumidos em moeda estrangeira;
- Risco de Taxa de Juros: decorre da exposição da Companhia a variações de taxas de juros, com impacto sobre receitas de aplicações financeiras e custos de empréstimos bancários e que afetam, diretamente, as contas de resultados. A potencial elevação de taxa de juros poderá afetar negativamente as obrigações de curto e longo prazos da Companhia;
- Risco de Conformidade: risco de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e das políticas e procedimentos internos. Incluem-se aqui, por exemplo, os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos;
- Risco Estratégico: riscos associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições,

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços, e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças e operações;

- Risco Operacional: decorre da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à operação do negócio (como marketing e área comercial); quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio (como contabilidade, controladoria, controles internos, suprimentos, tecnologia da informação, etc); e
- Risco Cibernético: possibilidade de determinada ameaça explorar vulnerabilidades de um ativo ou um conjunto de ativos, impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações

### ii. os instrumentos utilizados para proteção

De acordo com a Política de Gestão de Riscos, a Companhia adota os instrumentos abaixo para proteção de riscos:

Após a identificação e classificação dos riscos, conforme descritos no item 5.1(b)(i) acima, a Companhia realiza a avaliação e priorização dos riscos. Esta etapa tem como objetivo avaliar a possibilidade de um risco ocorrer e ter um impacto nos objetivos de organizações, projetos ou atividade da Companhia como um todo, sendo medido em termos de consequências e probabilidade.

O enfoque da nossa gestão de riscos é baseado no modelo do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), padrão internacionalmente reconhecido. O processo é composto por 4 (quatro) etapas:

- Identificação dos riscos: identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- Avaliação: processo para determinar a probabilidade e o impacto para cada risco, de acordo com as respectivas respostas aos riscos;
- Tratamento: definição de tratamento a ser dado a cada risco, de acordo com a sua classificação; e
- Monitoramento: processo de verificação e supervisão executada de forma contínua, a fim de identificar mudanças de cenário, objetivos e respostas necessárias, podendo identificar novos riscos e causas.

Ademais, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia pretende contratar empresa de auditoria externa para prestar os serviços de verificação dos controles internos e externos (*compliance*), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

### iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

São responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gestão de Riscos, o conselho de administração, o comitê de auditoria, a diretoria e o auditor independente contratado pela Companhia para prestação dos serviços de auditoria interna na Companhia (em janeiro de 2020, a UHY Bendoraytes & Cia. Auditores Independentes foi contratada para a prestação destes serviços) ("Auditoria Interna"), os quais possuem atribuições

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

distintas e devem atuar de maneira integrada. Abaixo estão elencadas as principais responsabilidades de cada órgão neste processo:

Competirá ao Conselho de Administração:

- Definir o apetite a riscos da Companhia, com base nos princípios e diretrizes estabelecidos na Política de Gestão de Risco;
- Acompanhar a evolução da gestão de riscos por meio do enquadramento da Companhia nos limites estabelecidos;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas revisões;
- Apoiar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos;
- Monitorar o Comitê de Auditoria e definir casos de conflitos e impasses nas decisões a serem tomadas; e
- Definir os direcionamentos e decisões levados pelo Comitê de Auditoria para aprovação. Competirá ao Comitê de Auditoria:
  - Avaliar e monitorar a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade;
- Supervisionar as atividades da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugerir soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração, apontando as causas e responsabilidades;
- Recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões à matriz de riscos da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e
- Avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos da Companhia e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.

São atribuições da Diretoria:

- Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração;
- Analisar a efetividade da Política de Gestão de Risco, assim como quaisquer revisões desta, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;
- Manifestar-se sobre a avaliação da eficácia das políticas, dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos realizada pela Auditoria Interna, bem como do programa de *compliance* da Companhia, e encaminhar tal avaliação para apreciação do Conselho de Administração; e
- Manifestar-se sobre as sugestões de alteração da estrutura operacional de gerenciamento de riscos realizadas pela Auditoria Interna, e recomendar ao Conselho de Administração sugestões de aprimoramento, caso entenda necessário.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

São atribuições da Auditoria Interna:

- realizar a avaliação e supervisão da aderência e eficácia do processo de gerenciamento de riscos na Companhia, bem como de seu controle e governança, atuando de forma independente e objetiva;
- adequação do compliance interno da Companhia aos normativos da CVM e B3, especialmente as regras relativas ao Novo Mercado); e
- realizar auditoria nas áreas internas da Companhia, com entrevistas, testes de controle, revisão de processos e normativos e validação de documentação de suporte, com a emissão de relatórios de auditoria interna para as seguintes áreas da Companhia: Gerenciamento de Riscos Operacionais, Controles Internos, Contabilidade Corporativa, Tesouraria, Crédito e Cobrança, Tecnologia da Informação, Recursos Humanos, Comercial, Operações (RJ, SP, BA e ES) e Logística e Manutenção.

### **c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia considera que sua estrutura operacional possibilita a prevenção e detecção de fraudes e erros, de forma a mitigar os riscos inerentes ao negócio que desenvolve por meio da participação efetiva do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria e da Auditoria Interna, cuja atuação integrada, conforme atribuições descritas no item (b)(ii) acima, garantem a efetividade da Política de Gestão de Riscos.

Adicionalmente, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia contratou empresa de auditoria externa (na data deste Formulário de Referência, a UHY Bendoraytes & Cia. Auditores Independentes está contratada para a prestação destes serviços) para prestar os serviços de verificação dos controles internos e externos (*compliance*), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado**

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

Conforme informado no item 5.1 deste Formulário de Referência, a Companhia adota a Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2019.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo definir as diretrizes, conceitos, ações e responsabilidades a serem observados pelos administradores da Companhia no processo interno de gerenciamento de eventos incertos de mercado que podem causar impactos negativos no cumprimento dos objetivos da Companhia, incluindo os procedimentos a serem observados para identificação, categorização, avaliação, tratamento e monitoração dos riscos de mercado atrelados aos negócios da Companhia e de empresas do mesmo grupo econômico da Companhia.

**i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: exposição cambial, risco de taxa de juros e risco de liquidez.

**ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia adota a seguinte estratégia para proteção patrimonial e mitigação de seus principais riscos:

- **Risco de Exposição Cambial:** A Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps, com instituições financeiras de primeira linha. As operações de swaps são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações, a Companhia minimiza o risco cambial igualando o valor do compromisso e o período de exposição. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado;
- **Risco de Taxa de Juros:** A Companhia sempre analisa o cenário econômico e as previsões de um mínimo de três instituições independentes para decidir o volume e taxas de empréstimos pré e pós-fixado; e
- **Risco de Liquidez:** A Tesouraria e a Diretoria financeira monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, a fim de assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. As previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas, conforme plano estratégico da Companhia. Além disso, na medida das necessidades e disponibilidade de crédito ofertados pelo mercado financeiro, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que operam no Brasil.

A Companhia acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

A Companhia contrata instrumentos derivativos, normalmente *swaps* e NDF (*Non Deliverable Forwards*), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para proteção patrimonial decorrente de eventuais flutuações na taxa de câmbio relacionadas ao pagamento por importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, bem como relacionadas ao fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos contratados em moeda estrangeira. Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia não são utilizados para fins especulativos.

As operações de *swaps* e NDF são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a Companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação dos derivativos está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os *swaps* e NDF com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos para os quais se busca a proteção podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do *swap* e do NDF deverão compensar o impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa da Companhia.

**iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

A Companhia possui aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), e, portanto, está exposta a flutuações nas taxas de juros. Os administradores da Companhia monitoram o comportamento de mercado das taxas futuras de juros com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratação instrumentos de proteção ao risco de volatilidade dessas taxas.

Com relação aos riscos decorrentes da variação cambial relacionada a compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira, para a maior parte dos contratos de empréstimo, a Companhia realiza uma operação casada de *swap* cambial na mesma data, com o mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidada pelo seu valor líquido, substituindo os juros contratados e a variação cambial em da moeda estrangeira pela variação de indexadores como CDI, TJLP e IPCA, entre outros.

Ressalta-se que o cálculo da posição mensal dos derivativos contratados é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado. Entretanto, a Companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo preciso do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial e o cálculo aproximado do referido valor é disponibilizado diariamente para acompanhamento gerencial.

A Companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "Dollar offset", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos, no balanço patrimonial, em contrapartida da conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

A Companhia opera instrumentos financeiros exclusivamente para fins de proteção patrimonial (hedge) e não tem como prática participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

**vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

O gerenciamento de riscos de mercado é de responsabilidade do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria e da Auditoria Interna, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada. As principais responsabilidades de cada órgão neste processo estão indicados no item (b)(iii) acima.

**c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A administração da Companhia monitora e avalia se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

A administração reporta os resultados dessa avaliação ao Comitê de Auditoria, o qual supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a gestão, de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração e dispostas na Política de Gestão de Riscos.

A administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos. Não obstante, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia contratou empresa de auditoria externa (na data deste Formulário de Referência, a UHY Bendoraytes & Cia. Auditores Independentes está contratada para a prestação destes serviços) para prestar os serviços de verificação dos controles internos e externos (*compliance*), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3 – Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

#### a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração da Companhia contratou a BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples para a realização de uma avaliação e controle interno de divulgação das informações financeiras com base nos princípios contábeis geralmente aceitos, para garantir a confiabilidade dos relatórios financeiros e das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia contratou empresa de auditoria externa (na data deste Formulário de Referência, a UHY Bendoraytes & Cia. Auditores Independentes está contratada para a prestação destes serviços) para prestar os serviços de verificação dos controles internos e externos (*compliance*), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

Além do disposto acima, a Companhia adota outros procedimentos e políticas internas das áreas de operações, engenharia, recursos humanos, segurança e comercial, tais como:

- Código de Conduta;
- Procedimentos de adiantamento, reembolso e prestação de contas;
- Procedimento de níveis de alçada;
- Procedimentos de Suprimentos;
- Política de Savings (Suprimentos);
- Política para uso de veículos e procedimentos para Ressarcimento de Multas por Infração de Trânsito;
- Política de Telefonia;
- Procedimento para importação de serviços;
- Procedimento de gerenciamento de documentos e registros;
- Política de gestão integrada;
- Procedimento contábeis para realização de lançamentos contábeis, divulgação e publicação das informações contábeis;
- Procedimento contábil para aquisição, venda e baixa de imobilizado;
- Procedimento para apuração e recolhimento dos impostos, incluindo as obrigações acessórias;
- Procedimentos para rateio de despesas Intercompany;
- Procedimentos de Inventário Geral – DISMAT;
- Procedimentos de manutenção de Equipamentos - DISMAT;
- Procedimentos do Financeiro – aplicação e resgates, tomada de empréstimos, contratação de seguros, gerenciamento do caixa diário;
- Procedimento para Faturamento de Mercadoria e Serviços.

Além dos procedimentos indicados acima, a Companhia possui cronograma com *checklist* de todas as atividades para o fechamento mensal.

A Companhia possui as seguintes políticas e procedimentos em processo de revisão, ainda não disponibilizado para todos os colaboradores através de sistema eletrônico.

- Política de acesso (TI);
- Política de segurança de informações (TI).

Adicionalmente, a Companhia possui um sistema de gestão integrada, o ERP da TOTVS, garantindo assim a incorporação

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

das melhores práticas aos processos internos da Companhia.

As deficiências de controles são monitoradas mensalmente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

Os controles internos de divulgação das informações financeiras possuem limitações inerentes, podendo não prevenir ou detectar certos erros. Além disso, as projeções de avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles internos possam tornar-se inadequados de acordo com mudanças de condições, ou por alterações no cumprimento de políticas ou procedimentos internos.

A Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos que são adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

### **b. as estruturas organizacionais envolvidas**

Além do Departamento de Contabilidade, responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, participam deste processo as demais áreas da divisão financeira, a saber: fiscal, faturamento, tesouraria e crédito e cobrança. A Diretoria Executiva da Companhia é responsável pela revisão final das demonstrações financeiras.

O gerenciamento de riscos a que está exposta é de responsabilidade do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria e da Auditoria Interna, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada.

### **c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Para cada uma das áreas da nossa Companhia foram definidos os fluxos operacionais, estabelecendo a atribuição, limite de competência e responsabilidade de cada membro. Todos os processos são revisados pelos responsáveis por cada área (diretores ou gerentes), os quais reportam eventual falha identificada nos controles internos diretamente à Diretoria Executiva da Companhia.

A administração da Companhia supervisiona constantemente a eficiência dos controles internos, bem como revisa anualmente, por ocasião da emissão da Comunicação de Deficiências de Controles Internos por parte dos Auditores Independentes.

Além disso a Auditoria Interna realiza a avaliação e supervisão da aderência e eficácia do processo de gerenciamento de riscos na Companhia. A Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva, reportando-se periodicamente ao Comitê de Auditoria e, no mínimo, semestralmente ao Conselho de Administração, ou quando julgar necessário.

### **d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Como resultado desse estudo e avaliação foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

## **(i) PONTOS DE RECOMENDAÇÕES – CONTROLE INTERNO**

**Revisão periódica das normas e procedimentos operacionais relacionados ao departamento de compras (significativo)**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

**Situação Atual:** A Companhia possui política de normas e procedimentos operacionais identificando a rotina do processo operacional do departamento conforme a seguir:

- Procedimentos de savings;
- Procedimento de não conformidade, ação corretiva e ação preventiva;
- Procedimentos de aquisições de material e serviços; e
- Procedimentos de suprimentos.

Entretanto, após entendimento junto ao gestor do departamento de compras, constatamos que a referida política não possui atualizações periódicas objetivando a desoneração administrativa da Companhia, quer no que refere às melhorias em processos, em sistemas, gestão (governança) ou controles.

Ressaltamos que os documentos supracitados apresentam data entre os exercícios de 2016 e 2018. Durante a nossa abordagem, não nos foi possível evidenciar quando esses documentos foram elaborados, se foram atualizados/revisados e em que versão de atualização/revisão tais documentos possam se encontrar.

**Risco:** A ausência de revisões periódicas e atualizações dos processos internos dificulta a avaliação de melhorias que podem resultar na desoneração administrativa da Entidade, no que se refere às melhorias dos processos, em sistemas, gestão (governança) ou controles.

**Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:** Os auditores independentes recomendaram à Companhia que seja criado uma rotina de atualização/revisão das políticas de normas e procedimentos operacionais da Companhia e que nessa rotina seja estabelecido os critérios e definições para as atualizações/revisão, o período de execução das atualizações/revisão, além dos autores e revisores do material.

É importante que as informações do período em que ocorreram as atualizações/revisão, bem como os profissionais responsáveis pela elaboração e revisão do material sejam formalizados, também, em cada política de normas e procedimentos operacionais.

**Comentários da Administração:** A Companhia informa que, atualmente, os procedimentos estão em revisão e passarão periodicamente por análise, conforme orientação dos auditores.

### **Revisão periódica das normas e procedimentos operacionais relacionados ao departamento de receita (significativo)**

**Situação Atual:** A Companhia possui política de normas e procedimentos operacionais identificando a rotina do processo operacional do departamento conforme a seguir:

- Fluxograma de contas a receber;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Especificação de processos – Financeiro – Antecipação;
- Processo de faturamento\_vendas e notas de débitos;
- Fluxograma de faturamento; e
- Passo a passo boletins, emissão e cancelamento de faturas.

Entretanto, após entendimento junto aos gestores dos departamentos de faturamentos e contas a receber, constatamos que a referida política não possui atualizações periódicas objetivando a desoneração administrativa da Companhia, quer no que refere às melhorias em processos, em sistemas, gestão (governança) ou controles.

Ressaltamos que os documentos supracitados não estão assinados e a sua maioria não estão datados. Durante nossa abordagem, não nos foi possível evidenciar quando esses documentos foram elaborados, se foram atualizados/revisados e em que versão de atualização/revisão tais documentos possam se encontrar, além de, também, não ser possível identificar os profissionais responsáveis pela autoria e revisão do material.

**Risco:** A ausência de revisões periódicas e atualizações dos processos internos dificulta a avaliação de melhorias que podem resultar na desoneração administrativa da Entidade, no que se refere às melhorias dos processos, em sistemas, gestão (governança) ou controles.

**Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:** Os auditores independentes recomendaram à Companhia que seja criado uma rotina de atualização/revisão das políticas de normas e procedimentos operacionais da Companhia e que nessa rotina seja estabelecido os critérios e definições para as atualizações/revisão, o período de execução das atualizações/revisão, além dos autores e revisores do material.

É importante que as informações do período em que ocorreram as atualizações/revisão, bem como os profissionais responsáveis pela elaboração e revisão do material sejam formalizados, também, em cada políticas de normas e procedimentos operacionais.

**Comentários da Administração:** A Companhia informa que as políticas e procedimentos serão revisados e atualizados para o próximo exercício de 2020, conforme orientação dos auditores.

### **Revisão periódica das normas e procedimentos operacionais relacionados ao departamento de tesouraria (significativo)**

**Situação Atual:** A Companhia possui política de normas e procedimentos operacionais identificando a rotina do processo operacional do departamento conforme a seguir:

- Procedimento de uso de cartão de crédito corporativo;
- Procedimentos de contas a pagar; política e prestação de reembolso de funcionários;
- Processo de adiantamento e prestação de contas; e
- Fluxograma de processos financeiros.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Entretanto, após entendimento junto aos gestores dos departamentos de tesouraria, constatamos que a referida política não possui atualizações periódicas objetivando a desoneração administrativa da Companhia, quer no que refere às melhorias em processos, em sistemas, gestão (governança) ou controles.

Ressaltamos que os documentos supracitados não estão assinados e apresentam data entre os exercícios de 2016 a 2019. Durante nossa abordagem, não nos foi possível evidenciar quando esses documentos foram elaborados, foram-se atualizados/revisados e em que versão de atualização/revisão tais documentos possam se encontrar, além de, também, não ser possível identificar os profissionais responsáveis pela autoria e revisão do material.

**Risco:** A ausência de revisões periódicas e atualizações dos processos internos dificulta a avaliação de melhorias que podem resultar na desoneração administrativa da Entidade, no que se refere às melhorias dos processos, em sistemas, gestão (governança) ou controles.

**Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:** Os auditores independentes recomendaram à Companhia que seja criada uma rotina de atualização/revisão das políticas de normas e procedimentos operacionais da Companhia e que nessa rotina seja estabelecido os critérios e definições para as atualizações/revisão, o período de execução das atualizações/revisão, além dos autores e revisores do material.

É importante que as informações do período em que ocorreram as atualizações/revisão, bem como os profissionais responsáveis pela elaboração e revisão do material sejam formalizados, também, em cada políticas de normas e procedimentos operacionais.

**Comentários da Administração:** A Companhia informa que as políticas e procedimentos serão revisados e atualizados para o próximo exercício de 2020, conforme orientação dos auditores.

### **Redução no prazo de encerramento contábil (significativo)**

**Situação Atual:** Os auditores independentes identificaram que o processo de encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu em torno de 89 dias após o término do exercício social. A Companhia necessita otimizar o processo de fechamento contábil, de modo que as informações contábeis estejam à disposição da Administração da Companhia em tempo hábil para a elaboração dos relatórios gerenciais, tais como comparativos orçamentários e fluxos de caixa.

A eficiência na elaboração dessas informações contábeis contribui de forma eficaz para a tomada de decisões por parte da alta Administração da Companhia, além da adequada elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante.

**Risco:** O curto prazo para análise e elaboração das informações contábeis pode gerar informações distorcidas, gerando possíveis divergências nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, além de incentivar um ambiente propício a prática de ajustes por meio de lançamentos manuais possibilitando uma maior influência humana e potenciais erros.

**Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:** Os auditores independentes recomendaram que sejam analisadas alternativas para reduzir o prazo de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Esse processo de melhoria deve envolver todos os departamentos como: compras, prestação de serviços, folha de pagamento, recebimentos e pagamentos, por meio de uma integração entre esses ciclos operacionais.

**Comentários da Administração:** Apesar do encerramento das demonstrações contábeis de 2019 ter ocorrido 89 dias após o término do exercício social, a controladoria disponibilizou os balancetes no início de fevereiro de 2020.

O atraso no encerramento das demonstrações contábeis foi gerado pelo acúmulo de projetos, com destaque para o IPO, iniciado no 3º trimestre de 2019 e finalizado em fevereiro de 2020, além da pandemia Coronavírus (Covid-19). Durante o

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

período em que ocorreu atraso na elaboração dos relatórios contábeis finais, a Administração contou com o apoio de informações preliminares.

A Companhia possui lista extensiva de desenvolvimento de novos sistemas informatizados, a fim de aprimorar seus controles e melhorar sua eficiência. A fim de priorizar essas iniciativas, a Companhia criou departamento denominado Desenvolvimento de Novos Projetos (TI).

### (ii) PONTOS DE RECOMENDAÇÕES – CONTÁBIL

#### **Cálculo de depreciação dos bens do ativo imobilizado**

**Situação Atual:** Os auditores independentes identificaram que o sistema de controle patrimonial do ativo imobilizado utilizado pela Companhia não apresenta informações detalhadas quanto a data de início da depreciação de cada item que compõem o ativo imobilizado. Realizamos o recálculo da depreciação baseado na data de aquisição de cada item e identificamos diferenças não materiais para a nossa auditoria no saldo contábil de depreciação com relação ao controle de depreciação dos bens do ativo imobilizado das Empresas do Grupo.

**Risco:** Os auditores independentes entendem que a ausência de parametrização nos controles sobre os bens do ativo imobilizado pode gerar registros contábeis por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:** Os auditores independentes recomendaram que a Companhia parametrize um melhor controle sobre a depreciação de seus ativos, principalmente no que tange a data de início da depreciação dos itens do ativo imobilizado. Uma vez que tal linha redutora do ativo é fundamental para a correta contabilização no Balanço Patrimonial e concomitantemente com o resultado, além de aprimorar e fortalecer os controles internos da Companhia.

**Comentários da Administração:** A Companhia aprimorará os relatórios existentes e desenvolverá novos relatório em 2020.

### (iii) PONTOS DE RECOMENDAÇÕES – TRABALHISTA

#### **Compensação das verbas Indenizatórias (Aplicável a Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A.)**

**Situação Atual:** Os auditores independentes identificaram que em setembro de 2018 a Smartcoat registrou em seu ativo um crédito previdenciário sobre verbas consideradas indenizatórias segundo parecer do escritório de advocacia Vieira Aguiar advogados (1/3 de férias e aviso prévio indenizado), desde então a mesma vem realizando compensações mensais do valor levantado.

Somente em junho de 2019 a Vieira Aguiar protocolou na RFB um processo requerendo a restituição/compensação dos valores levantados, esse processo foi encaminhado para análise na jurisdição correta em 01 de julho de 2019 conforme despacho de encaminhamento da RFB, desde então, segundo controles fornecidos e consulta ao Comprot não houve movimentação.

**Risco:** Os auditores independentes entendem que a Empresa está amparada juridicamente pela consultoria contratada, no entanto, a mesma iniciou as compensações muito antes de dar entrada no processo junto a RFB, processo esse que ainda não teve decisão favorável, o que conforme nosso entendimento não é um problema para a utilização do crédito de aviso prévio indenizado, no entanto, com relação ao crédito de 1/3 de férias a Receita Federal ainda não reconheceu a não incidência previdenciária dessa verba em suas soluções de consultas ou em seus pareceres técnicos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

**Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:** Os auditores independentes recomendaram que a Companhia envide esforços no sentido de interrupção das compensações quando o montante de aviso prévio indenizado se esgotar, deixando para compensar a parte referente a 1/3 de férias após decisão da Receita Federal sobre processo protocolado.

**Comentários da Administração:** A Companhia suspendeu as compensações preventivamente até definição final, o que será feito com o apoio de especialista externo. A depender da conclusão das análises, poderá ocorrer a suspensão definitiva ou retornar com a compensação.

### (iv) PONTOS DE RECOMENDAÇÃO – TRIBUTOS DIRETOS

#### **PIS e COFINS em aberto sem atualização (Aplicável à Priner Serviços Industriais S/A)**

**Situação Atual:** Os auditores independentes identificaram que a Companhia possui débitos relacionados a PIS e COFINS de períodos anteriores no montante de R\$ 178.863, e que os mesmos não vêm sendo atualizados Selic e nem a multa de 20%.

**Risco:** Os auditores independentes entendem que os débitos em aberto serão atualizados juros Selic e multa de 0,33% ao dia limitada a 20%.

**Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:** Os auditores independentes recomendaram que a Companhia atualize seus passivos conforme orientação da legislação vigentes dos débitos em aberto.

**Comentários da Administração:** A Companhia afirma que os valores apresentados estão sendo analisados, ensejando no pagamento com as devidas atualizações dentro do exercício de 2020, assim como as retificadoras das obrigações acessórias relativas aos períodos apresentados.

#### **PIS e COFINS a compensar prescrito (Aplicável à Priner Serviços Industriais S/A)**

**Situação atual:** Os auditores independentes identificaram que a Companhia possui no seu ativo duas contribuições federais a recuperar, PIS e COFINS, que se originaram de pagamento a maior no montante de R\$ 152.223, e tais montantes se referem aos meses de outubro, novembro do exercício de 2014 e fevereiro do exercício de 2015. A Companhia nos esclareceu que está dependendo da autorização da gestão para realizar a baixa desses saldos, visto que não a pedido formalizado e nem mensuração confiável para estes saldos.

**Risco:** Os auditores independentes sugerem que a Companhia efetue a baixa do montante de modo que as informações apresentadas nas Demonstrações contábeis estejam em linha com as orientações do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

**Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:** Os auditores independentes recomendaram que a Companhia assim que obtiver a autorização da administração, realize a baixa dos saldos prescritos.

**Comentários da Administração:** A Companhia realizou a baixa dos saldos prescritos em junho/2020.

#### **Saldo Negativo de IRPJ e Base de Cálculo Negativa CSLL (Aplicável a Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A.)**

**Situação atual:** Os auditores independentes identificaram que o saldo negativo de IRPJ e CSLL declarados na ECF dos anos-calendário de 2016, 2017 e 2018 não estão em conformidade com o contabilizado pela Smartcoat.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Pela ECF desses períodos os valores apurados decorrem de retenções de imposto de renda e contribuição social retidos na fonte que, segundo informações prestadas, dependem de um prévio levantamento das informações contidas na DIRF (Declaração de Imposto Retido na Fonte), motivo das inconsistências.

Em reforço a isso, a partir de junho de 2019 foi decidido pela controladoria da Smartcoat estornar os juros Selic reconhecidos naquele ano sobre o saldo não conciliado até a regularização da situação.

**Risco:** Os auditores independentes entendem que o procedimento pode gerar para a Smartcoat multa administrativa equivalente à 3% do valor omitido, inexato ou incorreto na ECF, conforme artigo 8ºA do Decreto Lei 1.598/77, bem como multa de 5%, limitada a 1% do valor da receita bruta no período a que se refere a escrituração, aos que omitirem ou prestarem incorretamente as informações referentes aos registros e respectivos arquivos (Art. 12 da Lei 8.218/1991). Todavia, caso a Smartcoat corrija as informações antes de qualquer procedimento de ofício não há o que se falar em multa.

**Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:** Os auditores independentes recomendaram que a Smartcoat promova a conciliação das suas obrigações acessórias, a fim de evitar questionamentos do fisco federal quanto ao valor do crédito apurado e da consequente atualização, para que os valores informados em sua contabilidade reflitam os declarados na DIRF, ECD, ECF e também Per/Dcomps, se aplicável.

**Comentários da Administração:** A Companhia está ciente da divergência entre o saldo contábil e o valor informado nas ECF's dos anos calendários de 2016, 2017 e 2018. As diferenças referem-se às retenções efetuadas pelos clientes registradas na contabilidade que não foram declaradas em DIRF das fontes tomadoras dos serviços.

A Companhia efetuará a conciliação dos créditos junto ao responsável técnico contábil anterior e com nossos consultores externos, a fim de regularizar a divergência. Caso seja confirmado direito ao crédito, lastreado por provas documentais, a Companhia ingressará com medidas cabíveis para garantia dos seus direitos, visando ressarcimento ou compensação junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

### (v) Pontos de recomendações – Tecnologia da Informação (TI)

#### Gestão de acesso lógico aos sistemas / rede

**Situação atual:** Os auditores independentes não identificaram a existência de uma política formal descrevendo o processo de concessão de acesso aos sistemas e à rede.

**Risco:** Os auditores independentes entendem que a ausência de um controle adequado de concessão de acessos pode comprometer a confidencialidade, disponibilidade e integridade de informações vitais ao negócio, uma vez que privilégios indevidos podem ser concedidos a pessoas que, por desconhecimento ou má intenção, podem acessar ou destruir os dados aos quais tenham acesso.

**Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:** Os auditores independentes recomendaram criação de uma política de criação, controle de inclusão, alteração de acesso de usuários, revogação de acessos, tanto para os sistemas quanto para a rede. Recomendamos que defina também a criação de um termo de concessão de acesso para os admitidos que defina os aprovadores necessários para a concessão do acesso, e permita um controle sobre os acessos realizados nos sistemas. Bem como manter arquivado todo o histórico dessas solicitações, e aplicar a todos os colaboradores da empresa.

**Comentários da Administração:** A Companhia criará fluxo automático no sistema de chamados, solicitando aprovação do gestor imediato para que novos funcionários tenham acesso à rede/ERP. Além disso, serão criadas e publicadas políticas formais de acesso e segurança da informação.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### Política de senha no sistema no TOTVS

**Situação atual:** Os auditores independentes não identificaram evidências quanto a existência de um procedimento ou política para definição de complexidade de senha no sistema ERP TOTVS. Adicionalmente, vários itens de parametrização de segurança de senha não estão habilitados, conforme a seguir:

- Armazenar senha em criptografia reversível;
- Desconexão de sessão por período de inatividade;
- Forçar logoff após horas válidas de login;
- Quantidade de tentativas inválidas para bloqueio;
- Resetar senha após bloqueio (tempo);
- Requisitos de complexidade;
- Retenção de histórico da senha;
- Tamanho mínimo para composição da senha;
- Tempo de duração do bloqueio;
- Tempo máximo de vida da senha (período de expiração); e
- Tempo mínimo de vida da senha.

**Risco:** Os auditores entendem que a senha de acesso ao sistema escopo pode não ser adequadamente utilizada pelos usuários, prejudicando ou tornando não efetivo o controle-chave de identificação e autenticação, facilitando assim o acesso indevido a informações críticas do negócio.

**Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:** Os auditores independentes recomendaram que envide esforços no sentido de reforçar a política e os parâmetros de senha adotados no sistema TOTVS. A seguir, alguns parâmetros que devem ser contemplados adequadamente:

- Determinar o tamanho mínimo de oito caracteres para composição da senha;
- Determinar um período entre 30 (trinta) a 90 (noventa) dias para expiração da senha;
- Determinar o período mínimo de um dia para que a senha seja usada antes que o usuário possa alterá-la;
- Determinar um número máximo de três tentativas inválidas de acesso para que, após esse limite, os acessos desses usuários sejam bloqueados automaticamente;
- Exigir que um usuário acesse o sistema em apenas um equipamento, evitando acessos simultâneos;
- Função para desconexão remota de usuários ao expirar o prazo de horas válidas de login;
- Exigir a retenção de histórico das últimas 12 senhas para que elas não sejam utilizadas novamente; e
- Definir um padrão para composição da senha (complexidade), como por exemplo, tamanho mínimo e máximo, que seja alfanumérica, não aceite sequência numérica, bem como o próprio nome, nome da empresa e/ou códigos de acessos fáceis.

**Comentários da Administração:** A Companhia adotará o processo de login via SSO (single sign-on, mesmo login do Active Directory). Desta forma, o processo de login "herdará" as mesmas políticas de senha dos usuários da rede.

### Trilhas e logs de auditoria sistêmicas

**Situação atual:** Os auditores independentes identificaram que a Companhia não possui uma rotina sistêmica para geração e revisão de trilha de auditoria para acessos de usuários no sistema ERP TOTVS.

**Risco:** Os auditores independentes entendem que a ausência de trilha de auditoria inviabiliza a identificação dos responsáveis por eventuais ações contrárias aos objetivos do negócio, favorecendo a ocorrência de tentativas de roubo ou destruição de informações por usuários maliciosos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

**Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:** Os auditores independentes recomendaram que a Companhia envie esforços para que sejam estabelecidos critérios e definições das informações sensíveis ou críticas para a Empresa, ative as trilhas de auditoria nos bancos de dados e nos sistemas TOTVS e que seja estabelecido procedimentos de monitoramento e revisão periódica.

**Comentários da Administração:** A Companhia adotará o processo regular de revisão das trilhas de auditoria e será gerado documento para registro dos resultados do processo. Será criada e publicada política para determinação dos procedimentos a serem adotados.

### **Controles sobre alterações em sistemas e aplicativos**

**Situação atual:** Os auditores independentes entenderam que a Companhia não possui uma política ou procedimento formal de gestão de mudanças ou alterações sistêmicas, que inclua análise de risco e de impacto no ambiente tecnológico, conforme melhores práticas de segurança da informação.

**Risco:** Os auditores independentes entendem que a falta de uma política forma de gestão de mudanças, pode fazer com que ocorram alterações não intencionais no software e nas informações, uma vez que estará sendo realizada uma alteração sem qualquer tipo de restrição. Pode causar ainda, problemas operacionais aos sistemas de informação da companhia, quando da implantação de mudanças no ambiente de produção sem uma análise prévia adequada.

**Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:** Os auditores independentes recomendaram a criação de uma política de gestão de mudanças, que inclua avaliação de impacto, controle de versões e processos de melhoria de funcionalidades.

**Comentários da Administração:** A Companhia irá criar e publicar a política para gestão de mudanças e atualizações.

### **Plano de contingência dos ativos de TI**

**Situação atual:** Os auditores independentes não identificaram a existência de um plano de contingência formal voltado a garantir a continuidade das atividades de processamento das informações em caso de desastres ou contingências envolvendo os recursos de processamento atualmente disponível. Adicionalmente, não há backup offsite, armazenado em local fisicamente segregado do prédio onde se localiza o backup principal.

**Risco:** Os auditores independentes entendem que a ausência de um plano de contingência inviabiliza o restabelecimento da operação após uma interrupção.

**Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:** Os auditores independentes recomendaram que seja implementado um plano de contingência formal, enfocando os seguintes aspectos, sem se limitar a eles:

- Desastres e contingências potenciais a serem cobertos pelo plano;
- Identificação dos sistemas críticos, para priorizar sua restauração;
- Identificação do pessoal-chave envolvido nos procedimentos de recuperação, incluindo nome, cargo, forma de contato e responsabilidades específicas.
- Cópias de segurança de equipamentos, incluindo nome, endereço e forma de localização dos principais fornecedores de equipamentos, bem como localização das instalações alternativas de processamento de dados;
- Cópias de segurança de software de sistema, aplicativos, arquivos de dados, bases de dados e documentação, incluindo localização das cópias de reserva mantidas externamente; e
- Procedimentos de atualização e teste periódico do plano, por meio de simulações de emergências.

**Comentários da Administração:** A Companhia informa que o banco de dados (dados operacionais) possui armazenagem on-site (Totvs RM) e os arquivos de dados (documentos diversos) são armazenados on-site (Equinix). Ambos possuem alto

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

grau de segurança. Entretanto, a Companhia irá avaliar alternativas para complemento da segurança, por meio da adoção de backup off-site e criar um plano de contingência dos ativos.

### **Inventário de hardware e software**

**Situação atual:** Os auditores independentes identificaram, após entendimento junto ao departamento de TI, avaliaram que existe um inventário de hardware e software porém o mesmo não possui uma rotina de atualização dos itens de controle em uma base de gestão de configuração.

**Risco:** Os auditores independentes entendem que a ausência de um inventário de hardware e software que seja constantemente atualizado inviabiliza a identificação facilitada de incidentes de segurança, além de dificultar a implementação de um controle de licenças adequado.

**Recomendação da empresa de auditoria independente especializada:** Os auditores independentes recomendaram que seja criado um procedimento de criação e atualização de uma base de dados com aplicação das melhores práticas de ITIL e utilização de gestão de configuração com granularidades de itens de configuração bem definidos.

**Comentários da Administração:** A Companhia evidenciou a existência de inventário atualizado. Será criada e publicada política com procedimentos regulares a serem seguidos para realização de inventário.

#### **e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A administração está ciente dos pontos de controle interno reportados pelo auditor independente. Os mesmos foram endereçados aos responsáveis para o devido monitoramento e elaboração de ação para a sua correção, conforme o caso. A conclusão destes pontos será monitorada pela administração.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4 – Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui um sistema de controles internos para monitorar seus processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, as quais são atualizadas sempre que necessário, entre as quais destacam-se a Política de Integridade Contra Corrupção e Suborno ("Política de Integridade") e o Código de Ética e Conduta ("Código de Ética"), nos quais foram aprovados os mecanismos e procedimentos de integridade a seguir indicados:

- Divulgação para seus funcionários, administradores, prestadores de serviço, fornecedores e parceiros comerciais das Políticas;
- Realização de prévia *due diligence* para avaliar a integridade dos terceiros contratados, parceiros comerciais e toda e qualquer sociedade (inclusive seus sócios) que seja alvo de uma operação de fusão e aquisição pela Companhia. Caso seja identificada alguma informação sensível relacionada à corrupção, o caso deve ser submetido à análise e aprovação da Diretoria Executiva;
- Vedação à qualquer contribuição para campanhas ou causas políticas;
- Aprovação prévia do Comitê de Ética para a realização de quaisquer doações e patrocínios em nome da Companhia;
- Manutenção de registro, contabilização e controles financeiros da Companhia de acordo com a regulamentação vigente, a Política de Integridade e o Código de Ética;
- Treinamento anual dos funcionários e administradores da Companhia;
- Implementação de um canal de denúncia no site da Companhia, o qual pode ser, inclusive, utilizado de forma anônima pelos funcionários, administradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e qualquer parceiro comercial;
- Adesão dos prestadores de serviço e fornecedores à Política de Integridade e ao Código de Ética;
- A inclusão obrigatória, em todos os contratos firmados com terceiros, de cláusulas anticorrupção para assegurar o cumprimento da Política de Integridade e do Código de Ética ou a assinatura de um termo de adesão à referida política e código;
- Realização de uma auditoria independente anual para verificar se todas as regras previstas na Política de Integridade e no Código de Ética estão sendo cumpridas. Concluída a auditoria, os auditores independentes encaminharão um relatório para o Diretor Financeiro e Relações com Investidores, que submeterá o relatório ao Comitê de Ética para que sejam propostas soluções para as eventuais falhas apontadas, bem como recomendações de medidas que possam reforçar a política anticorrupção da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Vedação à oferta ou recebimento de brindes e similares na forma de dinheiro e/ou presentes, viagens, cortesias de entretenimento e similares utilizado para satisfazer relacionamento pessoal ou proporcionar vantagem para Colaboradores ou para a Companhia;
- Obrigatoriedade de submissão de intenção de realizar doações filantrópicas ou patrocínios pela Companhia, ou em nome dela, ao Diretor Financeiro e Relações com Investidores;

A Companhia elaborou uma matriz de risco para avaliar seu nível de exposição de risco de corrupção e a eficiência dos controles utilizados. Essa matriz e a Política de Integridade e o Código de Ética serão revisados anualmente, se necessário, de acordo com o relatório circunstanciado anual preparado pelo auditor independente para verificação da efetividade dos controles internos da Companhia.

Além disso, a Companhia implementou Política de Transação com Partes Relacionadas. A Política tem por objetivo estabelecer regras e procedimentos para assegurar que todas as decisões envolvendo pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha a possibilidade de contratar e que apresentem algum tipo de relação com a Companhia e/ou situações com potencial conflito de interesse sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, vide item 12.2.

A eficácia da Política de Integridade e do Código de Ética, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

**ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A Companhia instalou um Comitê de Ética, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2018 formado pelos membros da Diretoria e um membro do Conselho de Administração para:

- zelar pelo cumprimento da Política de Integridade e do Código de Conduta e esclarecer dúvidas quanto ao seu conteúdo;
- Analisar e deliberar sobre desvios de conduta e conflitos de natureza ética em relação às diretrizes estabelecidas pela Companhia;
- Estimular a adequação das práticas, políticas e procedimentos à Política de Integridade e ao Código de Conduta;
- Garantir a privacidade e a proteção dos temas e pessoas envolvidas em questões éticas;
- Aprovar e garantir a pertinência das Políticas, propondo o aprimoramento do documento;
- Monitorar e reportar os indicadores das denúncias de conduta, com a finalidade de manter diagnóstico atualizado sobre os temas, as áreas e as funções mais vulneráveis na Companhia; e
- Apreciar e decidir sobre eventuais recursos e/ou pedidos de reconsideração interpostos sobre aplicação e definição de sanções a colaboradores.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

• **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 24 de abril de 2018, o Código de Ética, o qual foi adotado pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de dezembro de 2018 e 12 de dezembro de 2019. O Código de Ética é aplicável a todos os membros da administração da Companhia, empregados diretos e indiretos da Companhia, bem como seus fornecedores, administradores, prestadores de serviço e demais parceiros comerciais da Companhia.

• **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os gestores e empregados da Companhia serão submetidos a treinamentos anuais em relação ao Código de Ética.

• **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta prevê medidas disciplinares aplicáveis das em caso de descumprimentos de normas e regras da Companhia, sejam eles cometidos por seus funcionários diretos ou indiretos, administradores, fornecedores ou prestadores de serviço. Reincidências, incluindo o descumprimento de planos de ação, também são sujeitas a medidas disciplinares. São punições possíveis:

- Advertência verbal;
- Advertência por escrito;
- Suspensão;
- Demissão sem justa causa;
- Demissão com justa causa; ou
- Notificação até rescisão contratual para pessoas jurídicas.

A aplicação de medidas disciplinares deve ser feita, tanto quanto possível, logo em seguida à falta cometida. Admite-se um período maior de tempo para a aplicação de penalidade quando a falta requerer apuração de fatos e das devidas responsabilidades.

As sanções devem ser justas, razoáveis e proporcionais à falta cometida. Faltas semelhantes devem receber sanções semelhantes.

As sanções poderão ser definidas e aplicadas (i) pelo superior hierárquico do infrator e/ou (ii) por qualquer dos Diretores, sendo facultada a interposição de recurso/pedido de reconsideração ao Comitê de Ética.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de abril de 2018 o Código de Ética, o qual foi adotado pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de dezembro de 2018 e 12 de dezembro de 2019. O Código de Ética encontra-se disponível no site da Companhia.

### **b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.**

A Companhia possui um canal de denúncia interno, para o recebimento de relatos anônimos ou identificados, prestados pelo público interno ou público externo, cujas denúncias são averiguadas pelo Comitê de Ética.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal pode receber denúncias dos empregados, administradores e qualquer terceiro mediante o envio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: [ouvidoria@priner.com.br](mailto:ouvidoria@priner.com.br) ou pelo canal ouvidoria, disponível a todos no site da Companhia.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Comitê de Ética, mediante os canais acima mencionados, recebe relatos anônimos ou identificados. Toda denúncia recebida será tratada com imparcialidade, transparência e confidencialidade. Nenhuma retaliação ao relator será aceita por se reportar em boa-fé. Retaliações de qualquer natureza devem ser informadas de imediato aos canais acima mencionados.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são recebidas e apuradas pelo Comitê de Ética.

### **c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia adota os seguintes procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias:

- Busca parceiros ou companhias alvo que tenham o mesmo comprometimento com os valores éticos adotados pela Companhia em sua Política de Integridade e Código de Conduta;
- Realiza processo de “*due diligence*” criterioso que englobe uma análise fiscal, contábil, financeira e jurídica, bem como incluir no correspondente contrato cláusulas anticorrupção adequadas, além de cláusulas de indenização por eventual passivo que venha a ser atribuído à Companhia;
- Solicita a adesão das parceiras ou companhias alvo à Política de Integridade e Código de Conduta da Companhia;
- Após o fechamento da parceria ou aquisição, a Companhia aplicará nas parceiras ou companhias alvo as mesmas regras de compliance por ela adotada, como exemplo, canal de denúncia, política de brindes e contratação de terceiros, dentre outros.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

Caso sejam identificadas quaisquer violações à legislação aplicável ou à Política de Integridade ou Código de Conduta, o Comitê de Ética deve ser comunicado formal e imediatamente.

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não se aplica, pois a Companhia possui Política de Integridade e Código de Ética.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

**5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.**

COVID-19

Em 20 de março de 2020, o Senado Federal decretou estado de calamidade pública, fruto de pandemia mundial sem precedentes - CORONAVÍRUS (COVID-19).

A fim de analisar e se preparar para enfrentar esta nova crise, a Companhia estabeleceu a criação de um grupo de trabalho, denominado Comitê para Gestão da Crise, com três pilares de atuação: proteção da saúde de nossos colaboradores, minimização dos efeitos negativos da crise em nossos resultados e proteção da sólida posição financeira do grupo.

Como resposta aos primeiros sinais de redução temporária do volume de nossas operações, decidimos pela decretação de férias para parcela representativa de nossos colaboradores e instituição do regime de trabalho remoto para os colaboradores dos setores de apoio. Neste primeiro momento, não havia clareza sobre a duração e tamanho da pandemia. Em poucas semanas, formou-se consenso que a crise não seria curta, o que nos levou a tomar outras ações de forma imediata, dentre as quais destacamos redução do quadro de colaboradores em praticamente todos os setores, redução de jornada de trabalho e salários (MP 936), redução das contribuições ao sistema "S" (MP 932) e postergação dos recolhimentos de PIS/COFINS/INSS/FGTS (Portaria 139).

Adicionalmente, foi realizada reestruturação do organograma da Companhia, visando readequá-lo ao novo cenário que se apresentava, além de revisão de nosso orçamento para 2020, renegociação de preços com diversos fornecedores, início de projetos visando simplificação e automação de atividades de back-office e estudos para redução da área útil de alguns imóveis locados.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.6 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações relevantes atinentes a este item 5.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas nos itens 10.1 a 10.9 do Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às informações contábeis consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

#### a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a continuidade e desenvolvimento de suas operações.

Em 2017, as operações da Companhia foram deficitárias, tendo como principais motivos o aumento da concorrência por novos serviços e oportunidades para locação de equipamentos e as dificuldades enfrentadas pela Smartcoat - Serviços em Revestimentos S.A. ("Smartcoat") no segundo semestre.

Em 2018, as ações implementadas em 2017 visando melhoria de produtividade, assim como a recuperação das atividades de locação propiciaram melhoria no desempenho da Companhia.

Em 2019, o lucro bruto, relativo à Companhia (no contexto deste item 10 também referida como "Priner Serviços") e sua controlada Priner Locações de Equipamentos S.A. ("Priner Locação") cresceu impulsionado pelo aumento das receitas com locação. A controlada Smartcoat apresentou significativa melhora no lucro bruto em relação ao ano anterior, apesar do resultado bruto ainda ter sido negativo, tendo como causa deste resultado um contrato que gerou prejuízo em 2018 e 2019, o qual foi encerrado em junho de 2019. Além deste contrato específico, os seus resultados foram impactados pela reestruturação finalizada em 2019, a qual gerou custos com demissões. A Smartcoat deu continuidade ao movimento de alteração no perfil dos seus contratos, passando a priorizar contratos com forte participação de locação de equipamentos e prestação de serviços com cobrança de diária, em detrimento a contratos de prestação de serviços por produtividade.

#### **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017**

O longo período de retração do PIB industrial brasileiro levou a aumento da concorrência por novos serviços e oportunidades para locação de equipamentos. Neste cenário danoso para as margens e rentabilidade das empresas prestadoras de serviços industriais e locadoras de equipamentos, a Companhia priorizou o aumento em seu volume de atividades, via crescimento orgânico e aquisições. A Companhia encerrou o ano com *backlog* consolidado da Companhia e sua controlada, Priner Locação, desconsiderando a recém adquirida Smartcoat, de R\$ 157 milhões, dos quais R\$ 115 milhões para o exercício social de 2018.

As margens da Smartcoat no segundo semestre, período pós-aquisição, foram negativamente impactadas pela renovação de serviços em andamento (início de alguns contratos e encerramento de outros) e por dificuldades operacionais em quatro clientes, as quais foram solucionadas ao final do exercício social de 2017, seja pela reestruturação das equipes ou pelo encerramento dos contratos.

Conforme expectativa mencionada no relatório da administração do terceiro trimestre de 2017, as margens da Priner Serviços e Priner Locação apresentaram recuperação no último trimestre de 2017, após terem atingido o ponto mais baixo no terceiro trimestre. Em função das margens previstas nos contratos inclusos no *backlog* da Companhia, existe expectativa para nova recuperação de margens no exercício social de 2018, comparativamente ao exercício social de 2017.

No exercício social de 2017, a Companhia quitou a última parcela referente à aquisição da Priner Locação (R\$ 23,9 milhões), pagou sinal referente à aquisição de 75% da Smartcoat (R\$ 15 milhões)

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e à aquisição de 51% da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. ("R&R") (R\$ 2,2 milhões), e realizou investimentos para modernização dos equipamentos da Priner Rental, Smartcoat e R&R, além de implantação de novo *software* de gestão (ERP) (Totvs RM), totalizando R\$ 10,1 milhões. Em função desses pagamentos e da redução na geração de caixa da Companhia, fruto da redução de margens e incremento do capital de giro, a Companhia encerrou o ano com baixo nível de disponibilidades (R\$ 2,5 milhões no consolidado e R\$ 0,4 milhão na Priner SI, na controladora).

Em 2º de outubro de 2017, o pedido de registro da Companhia para negociação na categoria "A" foi deferido pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Em 10 de novembro de 2017, a B3 deferiu o pedido da Companhia para listagem e admissão à negociação de ações no Bovespa Mais, sob código PRNR3.

### **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018**

Os resultados de 2018 apresentaram franca recuperação em relação a 2017, tendo como principal causa a recuperação das margens brutas na Priner Serviços Industriais, entidade controladora, cujo lucro bruto aumentou 52% (para R\$ 30,1 milhões no exercício social de 2018, comparado a R\$ 19,8 milhões no exercício social de 2017). As receitas com locação, atividade com margens bastante atrativas, cresceram 8% no exercício de 2018, quando comparadas ao exercício de 2017, com destacado incremento no último trimestre (crescimento de 26% em comparação ao terceiro trimestre de 2017). Embora ainda tenha apresentado resultados negativos, a controlada Smartcoat apresentou recuperação em seus resultados operacionais.

Excluindo-se itens atípicos (ajuste a valor justo das opções de compra e venda das investidas R&R e Smartcoat), ao comparar os meses de dezembro de 2018 e dezembro de 2017, as despesas gerais e administrativas apresentaram redução de 0,4% e 7,1% nos resultados da controladora e consolidados, respectivamente. Considerando-se itens atípicos, houve redução de 27% e 26% nos resultados da controladora e consolidados, respectivamente.

Ao longo do exercício social de 2018, foram realizados ajustes nas operações da Smartcoat, dentre os quais destacamos mudanças na gestão de contratos e centralização de diversas atividades (controladoria, tesouraria, departamento de pessoal e segurança e meio ambiente), fechamento da sede em Taubaté com transferência para Rio de Janeiro (sede da Priner Serviços Industriais, controladora) e troca do sistema operacional (ERP). No primeiro trimestre de 2019, a equipe da filial Macaé da Priner Serviços Industriais mudou de endereço para o prédio da controlada Smartcoat, na mesma cidade.

No exercício social de 2018, o endividamento líquido (passivos onerosos menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) consolidado apresentou incremento de 5%, equivalente a R\$ 3,9 milhões. O principal motivo a impactar negativamente o fluxo de caixa foi o prejuízo operacional apresentado pela controlada Smartcoat.

A fim de atender a demanda por novos serviços e locações, o grupo praticamente dobrou os investimentos em novos ativos (R\$ 14,9 milhões no exercício social de 2018, comparados a R\$ 7,7 milhões no exercício social de 2017), 96% dos quais em equipamentos produtivos. A Companhia recebeu, ainda, aporte de capital de R\$ 11,5 milhões no exercício de 2018. No início do quarto trimestre de 2018, após confirmação do terceiro trimestre seguido com EBITDA consolidado positivo e ligeira redução no endividamento líquido, a Companhia iniciou estudos e negociações para alongamento da dívida bancária do grupo.

### **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

A Receita Líquida e o Lucro Bruto Consolidados do exercício de 2019 apresentaram crescimento de 6,5% e 8,9%, respectivamente, com expansão de margem de 0,3 p.p. em relação ao exercício de 2018. O lucro bruto da Priner (Serviços + Locação) apresentou crescimento de 2,0% em relação ao exercício anterior, impulsionado pelo forte crescimento das receitas com locação (+49% 2019 vs 2018). Para atendimento ao aumento de demanda, a Companhia incrementou investimentos de capital e aumentou o volume de equipamentos locados de terceiros. A controlada Smartcoat apresentou significativa melhoria no lucro bruto em relação ao ano anterior, apesar do resultado bruto ainda ter sido negativo, tendo como causa deste resultado um contrato que gerou prejuízo em 2018

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e 2019, o qual foi encerrado em junho de 2019. Além deste contrato específico, os resultados desta controlada foram impactados pela reestruturação finalizada em 2019, a qual gerou custos com demissões: seu quadro de colaboradores reduziu 48% ao longo do exercício de 2019 (363 em 2019 x 700 em 2018). Em 2019, a Smartcoat deu continuidade ao movimento de alteração no perfil de seus contratos, passando a priorizar contratos com forte participação de locação de equipamentos e prestação de serviços com cobrança de diária, em substituição a contratos de prestação de serviços por produtividade.

Excluindo itens não recorrentes (ajuste a valor justo das opções de compra e venda das investidas R&R e Smartcoat, contingências trabalhistas e reavaliação de imobilizado), as despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 6,9%, em função de reajustes pontuais (dissídio coletivo e alguns fornecedores de serviços) e despesas não recorrentes com a transferência da filial de Macaé da Priner Serviços para o prédio da controlada Smartcoat, na mesma cidade.

A fim de atender a demanda por novos serviços e locações, o grupo incrementou os investimentos em novos ativos (R\$ 17,9 milhões em 2019 vs R\$ 14,9 milhões em 2018), 98% dos quais em equipamentos produtivos. Apesar dos investimentos realizados, a fim de atender ao crescimento da demanda por serviços e locação, a Companhia aumentou o volume de equipamentos locados de terceiros, gerando custos de aluguel de R\$ 7,7 milhões.

O endividamento líquido consolidado apresentou redução de R\$ 26,9 milhões, equivalente a 34,7%. Como parte de nosso plano para reestruturação das dívidas bancárias do grupo, em 10 de maio de 2019 concluímos o processo de emissão de debêntures pela Priner Serviços. A operação foi de R\$ 67,5 milhões e teve como objetivo a quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratadas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo. Adicionalmente, a controladora recebeu aporte de capital no montante de R\$ 20,0 milhões no exercício de 2019.

No início de 2019, como parte de nossa estratégia visando a contínua melhoria de controles internos, a controlada Smartcoat passou a utilizar um sistema integrado de gestão - ERP do grupo Priner, o qual havia sido implementado na Priner Serviços e Priner Locação em janeiro de 2018.

### **Evolução da dívida líquida**

A tabela a seguir apresenta sumário da dívida líquida da Companhia, expressa detalhadamente no item 3.2, "ii", em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	<b>Valores expressos em R\$ mil</b>		
	<b>Em 31 de dezembro</b>		
<b>Indicadores Financeiros</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Dívida bruta circulante	37.712	60.773	50.014
Dívida bruta não circulante	57.444	20.398	26.314
<b>Dívida Bruta.....</b>	<b>95.156</b>	<b>81.171</b>	<b>76.328</b>
(-) Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e mutuo a receber)	(44.528)	(3.719)	(2.508)
<b>Dívida Líquida.....</b>	<b>50.628</b>	<b>77.452</b>	<b>73.820</b>

A redução de 31,42% da dívida líquida da Companhia entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2019 ocorreu principalmente em 2019, devido ao plano para reestruturação de dívidas bancárias do grupo. Em 10 de maio de 2019 concluímos o processo de emissão de debêntures pela

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Priner Serviços, cuja operação foi de R\$ 67,5 milhões e teve como objetivo quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratadas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo. Adicionalmente, a Controladora recebeu aporte de capital no montante de R\$ 20,0 milhões no exercício de 2019.

**Índice de liquidez corrente**

O índice de liquidez corrente da Companhia é calculado pela divisão de seu ativo circulante por seu passivo circulante. A variação negativa de 9,31% do referido índice no período compreendido entre 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018 foi causado, principalmente, pela redução das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários), dado que parcela representativa dos recursos disponíveis foram utilizados para quitação de parcelas anuais e mensais do saldo das contas a pagar por aquisição societária (aquisição da Priner e Smartcoat). Em 31 de dezembro de 2019, o referido índice teve um aumento de 46,53% em relação ao ano anterior em função da emissão das debêntures, fato que propiciou o alongamento do perfil da dívida da Companhia.

	Valores expressos em R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
<b>Indicadores financeiros</b>			
Ativo Circulante	127.862	105.316	90.691
Passivo Circulante	95.180	114.810	89.663
<b>Índice de liquidez corrente</b>	<b>1,34</b>	<b>0,92</b>	<b>1,01</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****b. Estrutura de Capital**

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta por 31,1% de capital próprio (patrimônio líquido) e 68,9% de capital de terceiros (passivo total). Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Companhia era composta por 31,8% de capital próprio (patrimônio líquido) e 68,2% de capital de terceiros (passivo total). Em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta por 30,0% de capital próprio (patrimônio líquido) e 70,0% de capital de terceiros (passivo total), conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Valores expressos em R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de					
	2019		2018		2017	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
Patrimônio Líquido	74.609	31,1%	66.129	31,8%	54.774	30,0%
Passivo total	164.932	68,9%	141.857	68,2%	127.632	70,0%
<b>Total</b>	<b>239.541</b>	<b>100,0%</b>	<b>207.986</b>	<b>100,0%</b>	<b>182.406</b>	<b>100,0%</b>

A administração da Companhia acompanha constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação ótima que propicie maior retorno ao capital investido para os acionistas da Companhia, sem prejuízo de sua liquidez, buscando garantir a sustentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2019, patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$ 74,6 milhões, comparado a R\$ 66,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 54,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. O aumento do patrimônio líquido da Companhia entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2019 decorreu, principalmente, do aporte de capital em 2018 e 2019 e da participação dos não controladores oriundos da aquisição da Smartcoat.

Para mais informações sobre a evolução das contas de resultado da Companhia, vide item 10.1.h e 10.2 deste documento.

**c. Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos**

A Companhia tem honrado todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, até a data de arquivamento deste documento, bem como mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos. O passivo da Companhia é composto basicamente por fornecedores, obrigações sociais e tributárias, debêntures, financiamentos bancários, contas a pagar por aquisição de participação societária, empréstimos de mútuo concedidos por pessoas físicas (partes relacionadas) e provisões.

O capital circulante líquido consolidado da Companhia (correspondente à subtração do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de R\$ 32,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, e de um valor negativo de R\$ 9,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 e de um valor positivo consolidado de R\$ 1,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução ocorrida de 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018, ainda sob o efeito dos financiamentos captados para aquisição, foi agravado pelo mau desempenho operacional da Smartcoat. O incremento observado de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2019 foi consequência da geração de caixa operacional em 2019 e da redução do passivo circulante, fruto da emissão de debêntures pela Companhia.

**d. Fontes de Financiamento Utilizadas para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não circulantes**

A Companhia tem adotado como estratégia a utilização de capital de terceiros, onerosos ou não onerosos, para financiar as suas atividades e os seus investimentos. A Companhia tem optado nos últimos anos em reter a maior parte dos lucros obtidos, bem como recorrer a financiamentos

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

bancários para suportar a necessidade de capital de giro, bem como o financiamento do ativo fixo, seja para expansão ou para melhorias.

A alavancagem financeira da Companhia pode ser medida pela divisão entre sua dívida líquida e seu patrimônio líquido, tendo sido correspondente a 0,68 em 31 de dezembro de 2019, 1,17 em 31 de dezembro de 2018, 1,35 em 31 de dezembro de 2017. O desempenho positivo no período findo em 31 de dezembro de 2019 foi fruto, principalmente, da geração de caixa positiva, parcialmente compensada pelo prejuízo líquido do período. O desempenho positivo no exercício social de 2018 foi consequência, principalmente, da melhoria nos resultados operacionais e líquidos; o desempenho negativo no exercício social de 2017 teve como principais fatores a queda nas margens brutas, ocorrência de despesas não recorrentes (aquisições, processo de registro na CVM e listagem na B3), aumento do prazo médio de recebimento (fruto, principalmente, do aumento no saldo de BMs a faturar) e da aquisição da Smartcoat, a qual enfrentou dificuldades operacionais no segundo semestre do exercício de 2017.

**e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não circulantes Potenciais para Cobertura de Deficiências de Liquidez**

As principais fontes de recursos para a necessidade de capital da Companhia que se pretende utilizar no curso regular de seus negócios são a geração de caixa da operação, empréstimos bancários, mútuos de acionistas e conselheiros, aporte de capital e recursos advindos do mercado de capitais. Os diretores entendem que essas disponibilidades são suficientes para atender as necessidades regulares de capital da Companhia.

**f. Níveis de endividamento e características de tais dívidas**

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 95,2 milhões (R\$ 81,2 milhões e R\$ 76,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente).

A dívida líquida da Companhia, calculada pela soma de seus empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, incluindo o contas a pagar por aquisição societária (dívida de aquisição, fruto de *spin-off*), saldo de instrumentos derivativos financeiros, e mútuo com pessoas físicas, deduzidos dos valores registrados como caixa, equivalentes de caixa e valores mobiliários, totalizou R\$ 50,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 77,5 milhões e R\$ 73,8 milhões, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente).

Nos termos do Instrumento Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição celebrado em 3 de maio de 2019, foram emitidas 67.500.000 (sessenta e sete milhões e quinhentas mil) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada Debênture, no valor total de R\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais) ("Escritura de Emissão"), conforme detalhado na seção 18 do Formulário de Referência. As debêntures foram integralizadas à vista em 10 de maio de 2019, por meio de MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTMV, em moeda corrente nacional. O objetivo das debêntures foi alongamento do perfil da dívida.

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na tabela a seguir:

Tipo	Taxa de juros (%) <sup>1</sup>	Consolidado – em R\$ mil		
		31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
Financiamento com Instituições Financeiras	CDI + 0,90% a.a. a CDI + 6,42% a.a.	9.987	52.069	65.117
Financiamento com Instituições Financeiras	15,44% a.a. pré-fixada	-	13.751	-
FINAME	5,5% a.a. a 13,04% a.a. pré-fixada	2.093	1.817	359
Contas a pagar em Aquisição de Participação Acionária	95% do CDI	7.864	8.718	10.516
Instrumento Derivativo Financeiro		(132)	(2.163)	336
Mútuo Pessoa Física	CDI + 5% a.a. a CDI + 6% a.a.	9.613	6.979	-



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Debêntures	CDI + 4,5% a.a.	65.731	-	-
<b>Dívida Bruta.....</b>		<b>95.156</b>	<b>81.171</b>	<b>76.328</b>
Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e mútuos a receber		(44.528)	(3.719)	(2.508)
<b>Dívida Líquida.....</b>		<b>50.628</b>	<b>77.452</b>	<b>73.820</b>

<sup>1</sup> As informações relativas a taxa de juros (%) referem-se aos saldos existentes em 31 de dezembro de 2019.

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos e financiamentos da Companhia e contas a pagar em aquisição de participação acionária por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial consolidado até o vencimento contratual, quando a Companhia realizará os respectivos pagamentos:

Em milhares de reais	Consolidado				
	Até um mês	Mais que um mês e menos de três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco Anos
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>					
Empréstimos e financiamentos bancários	(726)	(1.565)	(6.498)	(2.617)	(1.345)
Instrumentos financeiros (swap)	114	232	(224)	-	-
Debêntures	(8)	(17)	(12.680)	(28.263)	(40.123)
Contas a pagar por aquisição societária	(4.343)	(400)	(4.064)	-	-
Mútuo a pagar – partes relacionadas	(3.001)	(4.925)	(1.785)	-	-
<b>Total por período</b>	<b>(7.964)</b>	<b>(6.675)</b>	<b>(25.251)</b>	<b>(30.880)</b>	<b>(41.468)</b>

**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes***Capital de giro*

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos bancários da Companhia totalizaram R\$ 12,1 milhões, dos quais R\$ 10,0 milhões referiam-se a empréstimos para financiamento de capital de giro. Os empréstimos em questão serão quitados com a utilização de recursos provenientes das debêntures, os quais encontram-se retidos em contas vinculadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia também possuía saldo de R\$ 9,6 milhões referentes a mútuos concedidos por acionistas minoritários, executivos e membros do Conselho de Administração.

*Contas a pagar relativa à aquisição de participação societária*

Em julho de 2017, a Companhia quitou a dívida referente à sua aquisição, ocorrida em 2013 (conforme descrito no item 6.3 do Formulário de Referência), no valor de R\$ 23,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía saldo de R\$ 7,9 milhões relativo à aquisição de participação acionária da Smartcoat, operação realizada em julho de 2017.

**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha saldo em aberto de R\$ 2,1 milhões, relativo a financiamento para a aquisição de equipamentos.

**iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível ocorrerá observado o disposto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto em referida lei; (v) créditos com privilégio geral conforme previsto em referida lei; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

As dívidas financeiras da Companhia, existentes nos últimos três exercícios sociais, não possuem cláusula específica contratual de subordinação e, assim, não há relação de preferência entre as mesmas. Logo, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o disposto na legislação em vigor e nas eventuais garantias constituídas.

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo alienação fiduciária de ativos nos contratos das operações de FINAME. Os empréstimos para capital de giro existentes em 31 de dezembro de 2019 tinham como garantia trava de domicílio bancário simples de contratos firmados entre a Companhia e alguns de seus clientes. Para maiores informações, vide item 3.8 do Formulário de Referência.

**iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação das dívidas da companhia, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

A Escritura de Emissão prevê a manutenção de índices de endividamento, os quais serão acionados a partir do 1º trimestre de 2020, como segue:

- Trimestral: Dívida Bruta + Sellers Finance – Escrow  $\leq$  R\$ 80 milhões;

Nota: "Dívida Bruta", para fins da Escritura de Emissão, significa a soma dos (i) empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (1) os títulos descontados com regresso, (2) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (3) os arrendamento mercantil / leasing financeiro, e (4) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional; (ii) passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, líquidos de ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos; e (iii) contas a pagar em decorrência de aquisição de outras empresas (menos a conta reserva e escrow account). Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa; "Sellers Finance" significa contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas concedidos pelos vendedores.

- Anual: Dívida Líquida/EBITDA  $\leq$  2,5 em 2019 e  $\leq$  2,0 de 2020 em diante.

Nota: "Dívida Líquida", para fins da Escritura de Emissão, significa valor da Dívida Bruta, menos a conta reserva ou escrow account. Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa), menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras.

### **g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía financiamentos totais junto a instituições financeiras de R\$ 12,1 milhões e limites disponíveis de R\$ 19,4 milhões. Desta forma, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia havia utilizado 62,1% dos limites de tais financiamentos.

### **h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativa aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018, 2017.

### ***Apresentação das principais contas das demonstrações de resultados da Companhia***

#### ***Receita operacional de vendas***

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos líquidos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da receita. Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 são referentes somente à receita líquida, e não à receita bruta.

Apresentam-se, a seguir, as explicações sobre as principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia, a partir de suas demonstrações financeiras:

***Análise comparativa das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.***

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019		2018		Variação 2019/2018
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(%)
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>348.612</b>	<b>100,00%</b>	<b>327.237</b>	<b>100,00%</b>	<b>6,53%</b>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-299.585	-85,94%	-282.214	-86,24%	6,16%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>49.027</b>	<b>14,06%</b>	<b>45.023</b>	<b>13,76%</b>	<b>8,89%</b>
Despesas operacionais, administrativas e gerais	-42.064	-12,07%	-30.375	-9,28%	38,48%
Resultado de Equivalência Patrimonial	797	0,23%	448	0,14%	77,90%
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>7.760</b>	<b>2,23%</b>	<b>15.096</b>	<b>4,61%</b>	<b>-48,60%</b>
Receitas financeiras	4.465	1,28%	6.331	1,93%	-29,47%
Despesas financeiras	-18.050	-5,18%	-15.462	-4,73%	16,74%
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>-5.825</b>	<b>-1,67%</b>	<b>5.965</b>	<b>1,82%</b>	<b>-197,65%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-6.207	-1,78%	-4.613	-1,41%	34,55%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.234	0,35%	3.788	1,16%	-67,42%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>-10.798</b>	<b>-3,10%</b>	<b>5.140</b>	<b>1,57%</b>	<b>-310,08%</b>

**Receita líquida de vendas e serviços**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R\$ 348,6 milhões, equivalente a um incremento de R\$ 21,4 milhões (6,5%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O crescimento das receitas foi causado, principalmente, por forte aumento nas receitas de locação (34%), fruto de aumento da demanda.

**Custos dos produtos vendidos e serviços prestados**

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 299,6 milhões, equivalente a um incremento de R\$ 17,4 milhões (6,2%) em relação ao mesmo período de 2018. O crescimento dos custos foi causado, principalmente, por dissídio salarial e reajustes inflacionários em insumos.

**Lucro Bruto**

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 atingiu R\$ 49 milhões, o que equivale a um incremento de R\$ 4 milhões (8,9%) em relação ao exercício social encerrado em 31

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

de dezembro de 2018. O crescimento do lucro bruto foi causado pelo aumento da representatividade das receitas com locação em nosso mix de receitas.

**Despesas Operacionais, Administrativas e Gerais**

As despesas operacionais, administrativas e gerais foram de R\$ 42,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que equivale a um incremento de R\$ 11,7 milhões (38,5%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Excluindo-se itens atípicos em 2018, que totalizam R\$ 12,2 milhões e se referem a avaliação a valor justo das opções de compra e venda das empresas investidas, ajuste em valor de preço de aquisição da Smartcoat, créditos previdenciários e reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o incremento observado, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi causado, basicamente, por inflação (dissídio salarial e reajustes em insumos).

**Resultado de Equivalência Patrimonial**

O resultado positivo de equivalência patrimonial de R\$ 0,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um resultado positivo de R\$ 0,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, teve como causa o resultado da controlada (R&R), registrado pelo método de equivalência patrimonial e os ajustes de lucros não realizados intercompanhia.

**Resultados Financeiros**

Os resultados financeiros líquidos, compostos pelas receitas financeiras e despesas financeiras, obtiveram valor negativo de R\$ 13,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparativamente a despesa líquida de R\$ 9,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, por três fatores: aumento da dívida líquida da controlada Smartcoat, aumento nas operações de desconto de duplicatas (antecipação de recebíveis) e risco sacado, além da adoção do CPC 06 (arrendamento mercantil).

**Imposto de renda e contribuição social correntes**

O valor do imposto de renda e contribuição social correntes aumentou 34,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em função do resultado positivo da controlada Priner Locação, fruto do incremento das receitas de locação.

**Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos diminuiu 67,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, basicamente, em função da apuração de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro do exercício de 2019 e parte de 2018 que deixou de ter seu ativo diferido reconhecido na controlada Smartcoat por não ser provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a controlada possa utilizar seus benefícios no período de 10 anos. O montante estornado em 2019 referente a 2018 equivale a R\$ 2,3 milhões.

**Lucro Líquido do Exercício**

Os resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 atingiram prejuízo líquido de R\$ 10,8 milhões, comparativamente ao lucro de R\$ 5,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os principais motivos para o incremento do prejuízo líquido em 2019 comparável com o mesmo período de 2018 foram o incremento no lucro bruto (R\$ 4 milhões) compensado, negativamente, pela variação de itens atípicos que tiveram forte influência nos resultados de 2018, a saber: avaliação a valor justo das opções de compra e venda das empresas investidas, créditos previdenciários, reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa e reversão do ativo diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido mencionada no item acima.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Análise comparativa das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.***

	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>				
	<b>2018</b>		<b>2017</b>		<b>Variação</b>
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	<b>2018/2017</b>
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>327.237</b>	<b>100,00</b>	<b>236.502</b>	<b>100,00</b>	<b>38,37</b>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-282.214	-86,24	-203.099	-85,88	38,95
<b>Lucro Bruto</b>	<b>45.023</b>	<b>13,76</b>	<b>33.403</b>	<b>14,12</b>	<b>34,79</b>
Despesas operacionais, administrativas e gerais	-30.375	-9,28	-41.116	-17,39	-26,12
Resultado de Equivalência Patrimonial	448	0,14	186	0,08	140,86
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>15.096</b>	<b>4,61</b>	<b>-7.527</b>	<b>-3,18</b>	<b>-300,56</b>
Receitas financeiras	6.331	1,93	2.383	1,01	165,67
Despesas financeiras	-15.462	-4,73	-8.518	-3,60	81,52
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>5.965</b>	<b>1,82</b>	<b>-13.662</b>	<b>-5,78</b>	<b>-143,66</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-4.613	-1,41	-947	-0,40	387,12
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.788	1,16	7.221	3,05	-47,54
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>5.140</b>	<b>1,57</b>	<b>-7.388</b>	<b>-3,12</b>	<b>-169,57</b>

**Receita líquida de vendas e serviços**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R\$ 327,2 milhões, equivalente a um incremento de R\$ 90,7 milhões (38,4%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Deste aumento, R\$ 59,5 milhões referem-se a controlada Smartcoat, pelo fato dos seus resultados terem sido consolidados nos resultados da Companhia somente a partir de agosto de 2017, visto a aquisição ter sido concretizada em julho de 2017. O crescimento das receitas comparáveis com 2017 foi causado pela combinação de aumento no volume dos serviços prestados e das locações.

**Custos dos produtos vendidos e serviços prestados**

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 282,2 milhões, equivalente a um incremento de R\$ 79,1 milhões (39%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Deste aumento, R\$ 61 milhões referem-se à controlada Smartcoat, pelo fato dos seus resultados terem sido consolidados nos resultados da Companhia somente a partir de agosto de 2017, visto a aquisição ter sido concretizada em julho de 2017. O crescimento dos custos comparáveis com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi causado por aumento no volume das operações (+12,7) e redução nos custos *per capita* (-1,6%). A redução nos custos *per capita* foram consequência de melhoria de produtividade nas operações, consequência de investimento em novos ativos (por exemplo, andaimes de alumínio), fato parcialmente compensado pelo dissídio coletivo e inflação.

**Lucro Bruto**

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 atingiu R\$ 45,0 milhões, o que equivale a um incremento de R\$ 11,6 milhões (34,8%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Smartcoat, gerou lucro bruto negativo de R\$ 5,5 milhões, enquanto na controladora Priner Serviços e na controlada Priner Locação o lucro bruto positivo foi de R\$ 50,5 milhões. Esse incremento foi resultado do aumento do volume dos serviços prestados e das receitas

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais com locação.**

### *Despesas Operacionais, Administrativas e Gerais*

As despesas operacionais, administrativas e gerais foram de R\$ 30,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que equivale a uma redução de R\$ 10,7 milhões (26,1%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa redução foi causada pela diminuição das despesas com pessoal e por dois itens atípicos que totalizaram R\$ 10,1 milhões, a saber: reconhecimento (receita) do ajuste a valor justo das opções de compra e venda das investidas R&R e Smartcoat, e resultado positivo (receita) da provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa quando da adoção do CPC 48.

### *Resultados Financeiros*

Os resultados financeiros líquidos, compostos pelas receitas financeiras e despesas financeiras, obtiveram valor negativo de R\$ 9,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparativamente a despesa de R\$ 6,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, tendo como principal causa o aumento da dívida líquida da controlada Smartcoat.

### *Resultado de Equivalência Patrimonial*

O resultado positivo de equivalência patrimonial (de R\$ 448 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado ao resultado positivo de R\$ 186 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017) teve como principal causa o resultado da nova controlada (R&R), adquirida em 24 de janeiro de 2017, registrada pelo método de equivalência patrimonial.

### *Imposto de renda e contribuição social correntes*

O valor do imposto de renda e contribuição social correntes aumentou 387,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em função do resultado positivo do exercício da controladora e da controlada Priner Locação.

### *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou 47,54% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, basicamente, em função da apuração de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro do exercício de 2018, do ajuste valor justo das opções de compra e venda da aquisição da Smartcoat.

### *Lucro Líquido do Exercício*

Os resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 atingiram lucro líquido de R\$ 5,1 milhões, comparativamente ao prejuízo de R\$ 7,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Smartcoat, adquirida em julho de 2017, gerou prejuízo líquido de R\$ 6,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento dos resultados na controladora Priner Serviços e na controlada Priner Locação foi consequência da combinação dos seguintes fatores: aumento da receita líquida, aumento da margem bruta e redução das despesas gerais e administrativas, parcialmente compensado pela deterioração das despesas financeiras (líquidas das receitas financeiras).

## ***Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais***

### ***Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018***

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras patrimoniais**

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
Balancos patrimoniais	2019	Análise Vertical	2018	Análise Vertical	Variação 2019x2018
	(R\$ mil)	(%) <sup>1</sup>	(R\$ mil)	(%) <sup>1</sup>	(%) <sup>2</sup>
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	34.157	26,71%	3.400	3,23%	904,62%
Títulos e valores mobiliários	3.616	2,83%	28	0,03%	12814,29%
Depósitos bancários vinculados	6.755	5,28%	-	0,00%	100,00%
Contas a receber	52.607	41,14%	69.815	66,29%	-24,65%
Estoques	692	0,54%	1.052	1,00%	-34,22%
Créditos com funcionários	1.090	0,85%	1.189	1,13%	-8,33%
Tributos a recuperar	25.022	19,57%	23.011	21,85%	8,74%
Despesas Antecipadas	3.043	2,38%	3.682	3,50%	-17,35%
Instrumento Derivativo Financeiro - swap	132	0,10%	2.163	2,05%	-93,90%
Outros Ativos	748	0,59%	976	0,93%	-23,26%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>127.862</b>	<b>100,00%</b>	<b>105.316</b>	<b>100,00%</b>	<b>21,41%</b>
<b>Não circulante</b>					
Títulos e valores mobiliários	-	0,00%	46	0,04%	-100,00%
Notas promissórias a receber	997	0,89%	-	0,00%	100,00%
Mútuo a receber – membros da administração	-	0,00%	245	0,24%	-100,00%
Outros Créditos a receber	2.656	2,38%	2.656	2,59%	0,00%
Despesas Antecipadas	-	0,00%	24	0,02%	-100,00%
Instrumentos financeiros derivativos	4.455	3,99%	5.820	5,67%	-23,45%
Tributos a recuperar	1.149	1,03%	315	0,31%	264,76%
Tributos diferidos	18.047	16,16%	16.813	16,38%	7,34%
Depósitos judiciais	1.067	0,96%	711	0,69%	50,07%
Investimentos	1.728	1,55%	1.696	1,65%	1,89%
Imobilizado	77.024	68,97%	67.964	66,20%	13,33%
Intangível	4.556	4,08%	6.380	6,21%	-28,59%
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>111.679</b>	<b>100,00%</b>	<b>102.670</b>	<b>100,00%</b>	<b>8,77%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>239.541</b>		<b>207.986</b>		<b>15,17%</b>

**Passivo**

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
Balancos patrimoniais	2019	Análise Vertical	2018	Análise Vertical	Variação 2019x2018
	(R\$ mil)	(%) <sup>1</sup>	(R\$ mil)	(%) <sup>1</sup>	(%) <sup>2</sup>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	9.419	9,90%	12.846	11,19%	-26,68%
Fornecedores - partes relacionadas	342	0,36%	400	0,35%	-14,50%
Operação de risco sacado	5.347	5,62%	-	0,00%	100,00%
Empréstimos e Financiamentos	8.854	9,30%	53.735	46,80%	-83,52%
Debentures não conversíveis em ações	11.513	12,10%	-	0,00%	100,00%
Arrendamento a pagar - direito de uso (CPC 06 - R2)	1.601	1,68%	-	0,00%	100,00%
Salários e encargos sociais	24.967	26,23%	28.385	24,72%	-12,04%
Imposto de renda e contribuição social	1.667	1,75%	1.685	1,47%	-1,07%
Tributos a pagar	2.948	3,10%	2.596	2,26%	13,56%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.808	1,90%	1.996	1,74%	-9,42%
Contas a pagar por aquisição societária	7.864	8,26%	6.525	5,68%	20,52%
Mútuo a pagar – membros da administração	9.613	10,10%	2.676	2,33%	259,23%
Provisões	7.229	7,60%	3.173	2,76%	127,83%
Outros passivos	2.008	2,11%	793	0,69%	153,22%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>95.180</b>	<b>100,00%</b>	<b>114.810</b>	<b>100,00%</b>	<b>-17,10%</b>
<b>Não Circulante</b>					
Fornecedores	144	0,21%	-	0,00%	100,00%
Empréstimos e Financiamentos	3.226	4,62%	13.902	51,40%	-76,79%
Debentures não conversíveis em ações	54.218	77,73%	-	0,00%	100,00%
Arrendamento a pagar - direito de uso (CPC 06 - R2)	6.618	9,49%	-	0,00%	100,00%
Mútuo a pagar – membros da administração	-	0,00%	4.303	15,91%	-100,00%
Contas a pagar por aquisição societária	-	0,00%	2.193	8,11%	-100,00%
Instrumento derivativo financeiro	69	0,10%	1.855	6,86%	-96,28%
Provisão para riscos	5.258	7,54%	4.794	17,72%	9,68%
Outros passivos não circulantes	219	0,31%	-	0,00%	100,00%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>69.752</b>	<b>100,00%</b>	<b>27.047</b>	<b>100,00%</b>	<b>157,89%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	73.367	98,71%	53.367	87,26%	37,48%
Reservas de capital	2.298	3,09%	2.298	3,76%	0,00%
Reserva de lucros	-	0,00%	4.772	7,80%	-100,00%
Dividendos adicionais propostos	-	0,00%	722	1,18%	-100,00%
Prejuízos acumulados	-1.337	-1,80%	-	0,00%	100,00%
<b>Total do patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Controladora</b>	<b>74.328</b>	<b>100,00%</b>	<b>61.159</b>	<b>100,00%</b>	<b>21,53%</b>
<b>Participações não controladores</b>	<b>281</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.970</b>	<b>100,00%</b>	<b>-94,35%</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>239.541</b>		<b>207.986</b>		<b>15,17%</b>

<sup>(1)</sup> Participação percentual em ativo/passivo circulante/não circulante.

<sup>(2)</sup> Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Ativo Circulante

#### *Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários*

O saldo combinado de nosso caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários foi de R\$ 37,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 1.001,9% em relação a 31 de dezembro de 2018, quando foi de R\$ 3,4 milhões. Esse aumento foi causado pela geração de caixa operacional no período. Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor.

#### *Depósitos bancários vinculados*

O saldo de depósitos bancários vinculados atingiu R\$ 6,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse saldo é fruto de valores recebido das debêntures que não foram utilizados imediatamente para quitação antecipada de empréstimos e financiamentos para capital de giro, visto alguns desses empréstimos possuem multa para quitação antecipada. Os valores depositados em conta vinculada são liberados para a Companhia na medida em que os empréstimos para capital de giro remanescentes são amortizados.

#### *Contas a receber*

O saldo de contas a receber apresentou uma redução de 24,7%, passando de R\$ 69,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 52,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi causada pelo incremento nas operações de antecipação de recebíveis, que tem como objetivo compensar o aumento do prazo médio de recebimento praticado pelo mercado.

#### *Estoque*

O saldo de estoque apresentou redução de 34,2%, passando de R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi causada, principalmente, pelo incremento na venda de materiais de isolamento térmico removível. A Companhia só mantém estoques de produtos encomendados pelos clientes, havendo expectativa de venda dos mesmos em prazo reduzido de tempo.

#### *Créditos com funcionários*

O saldo de créditos com funcionários apresentou redução de 8,3%, passando de R\$ 1,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pela redução de adiantamentos concedidos a funcionários. saldo

#### *Tributos a recuperar*

O saldo de tributos a recuperar apresentou aumento de 8,7%, passando de R\$ 23,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 25,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado, principalmente, por acréscimos dos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados em exercícios anteriores, bem como de IRRF e CSLL retidos na fonte durante o exercício.

#### *Despesas Antecipadas*

O saldo de despesas antecipadas apresentou redução de 17,3%, passando de R\$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 3,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Elas se referem, basicamente, aos custos para mobilização de contratos que são reconhecidos como despesas antecipada até o início das atividades em obra.

#### *Instrumentos Derivativos Financeiros (Swap)*

O saldo de instrumentos derivativos financeiros (swap) representa a diferença (valor a receber) entre a variação cambial de empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira e a variação de juros em moeda nacional, tendo sido constatada variação ativa, em 31 de dezembro de 2019. A redução de 93,9% do saldo entre 31 de dezembro de 2019 e 2018 refere-se a liquidação de empréstimos contratados nesta modalidade no exercício de 2019. A Companhia adota estratégia de proteção total do risco cambial decorrente de dívidas contratadas em moeda estrangeira.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Outros ativos*

O saldo de outros ativos apresentou redução de 23,4%, passando de R\$ 1,0 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 0,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta redução foi causada, principalmente, pela diminuição de adiantamentos a fornecedores.

**Ativo não circulante***Titulos e Valores Mobiliários*

O saldo existente em 31 de dezembro de 2018 referiam-se à títulos de crédito comercializado pelo banco, com o objetivo de constituição de determinado capital, de acordo com o plano aprovado pela Susep. Equivale a uma aplicação financeira programada, com retorno e período pré-fixado (prazo de vigência), podendo ocorrer antes em função de sorteios. *Este saldo foi totalmente resgatado durante o exercício de 2019.*

*Notas promissória a receber*

O saldo se refere a nota promissória recebida pela Companhia em atendimento aos termos do plano de recuperação judicial de clientes da Companhia

*Mútuo a receber-membros da administração*

O saldo de R\$ 0,2 milhão de 31 de dezembro de 2018 foi quitado durante o exercício de 2019.

*Outros créditos a receber*

O saldo de outros créditos não sofreu variação, comparativamente a 31 de dezembro de 2018, mantendo o saldo de R\$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esses créditos referem-se ao adiantamento de distribuição de lucros efetuado pela controlada Smartcoat, em 2017, aos seus acionistas não controladores. Em 2018, por meio de Instrumento Particular de Confissão de Dívida, a Smartcoat acordou com seus devedores que o montante devido será quitado no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura desse instrumento e poderá ser antecipado, caso a investida distribua dividendos ou juros sobre capital próprio.

*Instrumentos financeiros derivativos*

O saldo de instrumentos financeiros de R\$ 4,5 milhões, em 31 de dezembro de 2019, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados com a aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de compra (*call*) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49% e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de compra estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2019, de modo que 100% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R.

*Tributos a Recuperar*

O saldo de tributos a recuperar apresentou aumento de 264,8% passando de R\$ 0,3 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado, principalmente, pelo valor transferido do ativo circulante referente ao INSS retido a maior por alguns clientes que realizaram retenção de contribuição previdenciária com base em alíquota de 11%, ao invés de 3,5%.

*Tributos diferidos*

O saldo de tributos diferidos apresentou aumento de 7,3%, passando de R\$ 16,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 18,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. A variação foi o aumento do reconhecimento de provisões sobre adições e exclusões temporárias no período e pela reversão do ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal da controlada Smartcoat por não ser provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a controlada possa utilizar seus benefícios no período de 10 anos.

*Depósitos Judiciais*

O saldo de depósitos judiciais apresentou aumento de 50,1%, passando de R\$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2019. Esse saldo é composto de depósitos judiciais em função de processos trabalhistas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### *Investimento*

O saldo de investimento apresentou aumento 1,9%, passando de R\$ 1,70 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1,73 milhão em 31 de dezembro de 2019. A variação refere-se ao resultado de equivalência patrimonial da controlada em conjunto, R&R.

### *Imobilizado e Intangível*

O saldo de imobilizado e intangíveis apresentou aumento de 9,73%, passando de R\$ 74,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 81,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado pelos investimentos em equipamentos para atender a demanda.

### **Passivo circulante**

#### *Fornecedores*

O saldo a pagar de fornecedores apresentou redução de 26,7%, passando de R\$ 12,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 9,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta redução refere-se, principalmente, às operações de risco sacado que permitem o alongamento do prazo de pagamento. O saldo de fornecedores refere-se basicamente à aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPI's, peças e ferramentas, material de pintura, material de escritório, serviços prestados, fretes, viagens e bens do ativo imobilizado, adquiridos no curso normal dos negócios.

#### *Fornecedores – partes relacionadas*

O saldo de fornecedores – partes relacionadas de R\$ 0,3 milhão, em 31 de dezembro de 2019, refere-se a valores a pagar à controlada em conjunto R&R, referentes à compra de material de isolamento térmico para consumo e aplicação nos serviços prestados a determinados clientes.

#### *Operações de risco sacado*

O saldo em operações de risco sacado no valor de R\$ 5,3 milhões refere-se à contratos firmados com fundos de investimentos, onde os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para esses fundos, que por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização desta operação permite alongar prazos de pagamentos, contribuindo para a melhoria do fluxo de caixa operacional da Companhia.

#### *Empréstimos e financiamentos*

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou redução de 83,5%, passando de R\$ 53,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 8,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi causada pela captação de recursos através de emissão de debêntures pela Companhia, os quais foram utilizados para quitação antecipada de empréstimos e financiamentos que não possuíam multas para quitação antecipada ou que possuíam multas de pequena monta.

#### *Debêntures não conversíveis em ações*

O saldo de debêntures não conversíveis em ações em curto prazo atingiu R\$ 11,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. A operação foi de R\$ 67,5 milhões e teve como objetivo a quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratadas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo.

#### *Arrendamento a pagar*

O saldo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 1,6 milhão, refere-se a adoção em 1º de janeiro de 2019 do CPC 06 – R2. Para maiores informações sobre tal mudança de prática contábil, vide item 10.4, "a".

#### *Salários e encargos sociais*

O saldo de salários e encargos sociais apresentou redução de 12,0%, passando de R\$ 28,4 milhões

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 25,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi causada, principalmente, pela reestruturação finalizada em 2019 da controlada Smartcoat, que teve seu quadro de colaboradores reduzido em 48% ao longo do exercício de 2019.

*Imposto de renda e contribuição social*

O saldo de Imposto de renda e contribuição social de R\$ 1,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 refere-se a valores a pagar da Controlada Priner Locação, tributados pelo lucro presumido, apurado no 4º trimestre de 2019.

*Tributos a pagar*

Do saldo de tributos a pagar de R\$ 2,9 milhões, em 31 de dezembro de 2019, 66,1% refere-se a impostos devidos sobre o faturamento ref. ao ISS, ICMS, Pis e Cofins, apurados na competência de dezembro, 26,9% refere-se a impostos a recolher, principalmente PIS/COFINS s/receita financeira-exigibilidade suspensa e IOF e 7,0% refere-se a impostos retidos a recolher de INSS, IRRF, ISS, CSSL/PIS/COFINS s/serviços de terceiros.

*Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar*

O saldo de juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar de R\$ 1,8 milhões, em 31 de dezembro de 2019, corresponde ao saldo a pagar (aproximadamente 50%) dos juros sobre capital próprio aprovado pelo Conselho de Administração, em 29 de dezembro de 2017 e dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2018.

*Contas a pagar por aquisição societária*

O saldo de contas a pagar por aquisição societária de R\$ 7,9 milhões, em 31 de dezembro de 2019, representa a obrigação pela aquisição da controlada Smartcoat, que será liquidada no próximo exercício social.

*Mútuo a pagar – membros da administração*

O saldo de mútuo consolidado a pagar apresentou aumento de 259,2%, passando de R\$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 9,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado por dois fatores: transferência do saldo do longo prazo para curto prazo devido ao seu vencimento e pela concessão de novos mútuos realizados pelos acionistas minoritários da controlada Smartcoat.

*Provisões*

O saldo de provisões apresentou aumento de 127,8%, passando de R\$ 3,2 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 7,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado pela provisão de desmobilização de contratos. Esta provisão refere-se ao processo de redução do efetivo em virtude da diminuição e/ou término da demanda. A provisão dos custos com verbas rescisórias leva em consideração o prazo do fim do contrato.

*Outros passivos*

O saldo de outros passivos apresentou aumento de 153,2%, passando de R\$ 0,8 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 2,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado por antecipações de clientes a identificar.

**Passivo não circulante***Fornecedores*

O saldo de fornecedores de longo prazo no montante de R\$ 0,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 refere-se a um fornecedor da controlada Smartcoat.

*Empréstimos e financiamentos*

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou redução de 76,8%, passando de R\$ 13,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi causada pela captação de recursos através de emissão de debêntures, os quais foram utilizados para quitação antecipada de empréstimos e financiamentos que não possuíam

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

multas para quitação antecipada ou que possuíam multas de pequena monta.

### *Debêntures não conversíveis em ações*

O saldo de debêntures não conversíveis em ações atingiu R\$ 54,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. A operação foi de R\$ 67,5 milhões e teve como objetivo a quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratadas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo.

### *Arrendamento a pagar*

O saldo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 6,6 milhão, refere-se a adoção em 01 de janeiro de 2019 do CPC 06 – R2. Para maiores informações sobre tal mudança de prática contábil, vide item 10.4, "a".

### *Mútuo a pagar – membros da administração*

O saldo de mútuo consolidado a pagar em 31 de dezembro de 2019 está zerado, em função dos valores terem sido transferidos para o curto prazo.

### *Contas a pagar por aquisição societária*

O saldo de contas a pagar por aquisição societária em 31 de dezembro de 2019 está zerado, em função dos valores terem sido transferidos para o curto prazo.

### *Instrumento derivativo financeiro*

O saldo de instrumentos financeiros de R\$ 0,1 milhão, em 31 de dezembro de 2019, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados para a aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de venda (*put*) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49% e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de venda estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2019, de modo que 100% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R, visto o saldo da Smartcoat estar zerado.

### *Provisão para risco*

O saldo de provisões para riscos apresentou aumento de 9,7%, passando de R\$ 4,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 5,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Do saldo de R\$ 5,3 milhões, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 3,4 milhões representam riscos com processos trabalhistas, considerados de perda provável, de acordo com parecer de nossos consultores jurídicos externos, e R\$ 1,9 milhões são passivos contingentes identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra referente à aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat, conforme o laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 – combinação de negócios.

### *Outros passivos não circulante*

O saldo de outros passivos no valor de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 refere-se a parcelamento de notificação trabalhista.

## **Patrimônio líquido**

### *Capital social*

O capital social da Companhia apresentou incremento de 37,5%, passando de R\$ 53,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 73,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento decorreu do aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2019.

### *Reserva de Capital*

Não houve variação na reserva de capital da Companhia, a qual se manteve em R\$ 2,3 milhões, em 31 de dezembro de 2019. Essa reserva é referente ao planos de opções para administradores e certos empregados da Companhia. Vide item 13.4 deste documento.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Reserva de lucros*

A saldo de reserva de lucros da Companhia foi totalmente utilizada em 31 de dezembro de 2019 para absorção de parte do prejuízo do exercício.

*Dividendos Adicionais Propostos*

No exercício social de 2018, a Companhia destinou o saldo de R\$ 0,7 milhões de dividendos mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, que foram objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2019. Durante o exercício de 2019, o saldo foi transferido para dividendos a pagar.

**Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017**

Balancos patrimoniais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2018	Análise Vertical	2017	Análise Vertical	Variação 2018x2017
			(R\$ mil)	(%) <sup>1</sup>	
			(mil)	(R\$ (%) <sup>1</sup>	
			(Reclassificado)	(%) <sup>2</sup>	
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3.400	3,23	644	0,71	427,95
Títulos e valores mobiliários	28	0,03	1.864	2,06	-98,50
Contas a receber	69.815	66,29	67.184	74,08	3,92
Contas a receber – partes relacionadas	-	-	1	-	-100,00
Estoques	1.052	1,00	1.662	1,83	-36,70
Créditos com funcionários	1.189	1,13	888	0,98	33,90
Tributos a recuperar	23.011	21,85	11.873	13,09	93,81
Dividendos a receber	-	-	765	0,84	-100,00
Despesas Antecipadas	3.682	3,50	2.964	3,27	24,22
Instrumento Derivativo Finnaceiro swap	2.163	2,05	-	-	100,00
Outros créditos a receber	-	-	2.656	2,93	-100,00
Outros Ativos	976	0,93	190	0,21	413,68
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>105.316</b>	<b>100,00</b>	<b>90.691</b>	<b>100,00</b>	<b>16,13</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber	-	-	805	0,88	-100,00
Títulos e valores mobiliários	46	0,04	-	-	100,00
Mútuo a receber – partes relacionadas	245	0,24	-	-	100,00
Créditos com funcionários	-	-	38	0,04	-100,00
Instrumentos financeiros derivativos	5.820	5,67	1.923	2,10	202,65
Tributos a recuperar	315	0,31	315	0,34	-
Tributos diferidos	16.813	16,38	12.622	13,76	33,20
Depósitos judiciais	711	0,69	507	0,55	40,24
Outros Créditos	2.656	2,59	-	-	100,00

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Despesas Antecipadas	24	0,02	82	0,09	-70,73
Investimentos	1.696	1,65	1.247	1,36	36,01
Imobilizado	67.964	66,20	66.169	72,15	2,71

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Intangível	6.380	6,21	8.007	8,73	-20,32
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>102.670</b>	<b>100,00</b>	<b>91.715</b>	<b>100,00</b>	<b>11,94</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>207.986</b>		<b>182.406</b>		<b>14,02</b>

<sup>(1)</sup> Participação percentual em no ativo circulante/não circulante.

<sup>(2)</sup> Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Balancos patrimoniais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2018	Análise Vertical	2017	Análise Vertical	Variação
	(R\$ mil)	(%) <sup>1</sup>	(R\$ mil)	(%) <sup>1</sup>	2018x2017
			(Reclassificado)		(%) <sup>2</sup>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	12.846	11,19	8.092	9,02	58,75
Fornecedores – partes relacionadas	400	0,35	1.540	1,72	-74,03
Empréstimos e Financiamentos	53.735	46,80	43.774	48,82	22,76
Salários e encargos sociais	28.385	24,72	21.510	23,99	31,96
Imposto de renda e contribuição social	1.685	1,47	847	0,94	98,94
Tributos a pagar	2.596	2,26	3.203	3,57	-18,95
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.996	1,74	3.992	4,45	-50,00
Contas a pagar por aquisição societária	6.525	5,68	5.904	6,58	10,52
Instrumento derivativo financeiro ( <i>Swap</i> )	-	-	336	0,37	-100,00
Mútuo a pagar	2.676	2,33	-	-	100,00
Provisões	3.173	2,76	-	-	100,00
Outros passivos	793	0,69	465	0,52	70,54
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>114.810</b>	<b>100,00</b>	<b>89.663</b>	<b>100,00</b>	<b>28,05</b>
<b>Não Circulante</b>					
Empréstimos e Financiamentos	13.902	51,40	21.702	57,16	-35,94
Mútuo a pagar	4.303	15,91	-	-	100,00
Contas a pagar por aquisição societária	2.193	8,11	4.612	12,15	-52,45
Instrumento derivativo financeiro	1.855	6,86	4.068	10,71	-54,40
Tributos diferidos	-	-	2.098	5,53	-100,00
Provisão para riscos	4.794	17,72	5.489	14,46	-12,66
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>27.047</b>	<b>100,00</b>	<b>37.969</b>	<b>100,00</b>	<b>-28,77</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	53.367	87,26	41.867	89,81	27,47
Reservas de capital	2.298	3,76	2.298	4,93	-
Reserva de lucros	4.772	7,80	2.453	5,26	94,54
Dividendos adicionais propostos	722	1,18	-	-	100,00
<b>Total do patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Controladora</b>	<b>61.159</b>	<b>100,00</b>	<b>46.618</b>	<b>100,00</b>	<b>31,19</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Participações não controladores</b>	<b>4.970</b>	<b>100,00</b>	<b>8.156</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>207.986</b>		<b>182.406</b>		<b>14,02</b>

<sup>(1)</sup> Participação percentual em no passivo circulante/não circulante.

<sup>(2)</sup> Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

**Ativo Circulante***Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários*

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários foi de R\$ 3,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 36,7% em relação a 31 de dezembro de 2017, quando foi de R\$ 2,5 milhões. Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor.

*Contas a receber*

O saldo de contas a receber apresentou um aumento de 3,92%, passando de R\$ 67,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 69,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Comparativamente ao exercício social de 2017, houve uma redução relevante no prazo médio de recebimento de 18,8% (15 dias), em função do incremento das operações de antecipação de recebíveis.

*Estoque*

O saldo de estoque apresentou uma redução de 36,7%, passando de R\$ 1,7 milhão em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2018. A Companhia só mantém estoques de produtos encomendados pelos clientes, havendo expectativa de venda dos mesmos em prazo reduzido de tempo. Parte dos estoques em 31 de dezembro de 2018 referiam-se a materiais adquiridos da controlada R&R que serão vendidos a clientes da controladora no exercício social de 2019.

*Créditos com funcionários*

O saldo de créditos com funcionários apresentou um aumento de 33,9%, passando de R\$ 0,9 milhão em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 1,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pelo aumento de adiantamento de férias ocorrido no final do exercício social de 2018 e pelo aumento da quantidade de funcionários.

*Tributos a recuperar*

O saldo de tributos a recuperar apresentou um aumento de 93,9%, passando de R\$ 11,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 23,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento decorreu, principalmente, de: (i) acréscimos dos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados em exercícios anteriores, bem como de IRRF e CSSL retidos na fonte durante o exercício correspondente (R\$ 6,5 milhões); e (ii) reconhecimento no exercício social de 2018 de créditos referente à não incidência de contribuição previdenciária sobre algumas rubricas constantes na folha de pagamento no período de 5 anos.

*Outros créditos a receber*

O saldo de outros créditos a receber existente em 31 de dezembro de 2017 foi transferido para o ativo não circulante, sendo, portanto, nulo no ativo circulante em 31 de dezembro de 2018.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Despesas Antecipadas*

Do saldo de R\$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, 91,4% são os custos para mobilização de contratos que são reconhecidos como despesas antecipada até o início das atividades em obra.

*Outros ativos*

O saldo de outros ativos apresentou aumento de 413,7%, passando de R\$ 0,2 milhão em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 1,0 milhão em 31 de dezembro de 2018.

**Ativo não circulante***Contas a receber*

O saldo de parcelas de confissão de dívida de clientes da controladora, com vencimento em 2019, foi transferido para o ativo circulante, sendo, portanto, nulo no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018.

*Instrumentos financeiros derivativos*

O saldo de instrumentos financeiros de R\$ 5,8 milhões, em 31 de dezembro de 2018, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados com a aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de compra (*call*) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49 % e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de compra estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2018, de modo que 78% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R e 22% do saldo se refere à controlada Smartcoat.

*Tributos diferidos*

O saldo de tributos diferidos apresentou um aumento de 33,2%, passando de R\$ 12,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 16,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. A variação mais relevante foi o aumento do reconhecimento do tributo diferido sobre o prejuízo fiscal e a base negativa da contribuição social.

*Depósitos Judiciais*

O saldo de depósitos judiciais apresentou um aumento de 40,24%, passando de R\$ 0,5 milhão em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2018. Esse saldo é composto de recursos judiciais em função de processos trabalhistas.

*Outros créditos*

Saldo de R\$ 2,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018, transferido do ativo circulante. O saldo refere-se ao adiantamento de distribuição de lucros efetuado pela controlada Smartcoat, em 2017, aos seus acionistas não controladores. Em 2018, por meio de Instrumento Particular de Confissão de Dívida, a Smartcoat acordou com seus devedores que o montante devido será quitado no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura desse instrumento e poderá ser antecipado, caso a investida distribua dividendos ou juros sobre capital próprio.

*Investimento*

O saldo de investimento apresentou um aumento de 36,0%, passando de R\$ 1,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. A variação refere-se ao resultado de equivalência patrimonial da controlada em conjunto R&R.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### *Imobilizado e Intangível*

O saldo de imobilizado e intangíveis apresentou um aumento de 0,23%, passando de R\$ 74,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 74,3 milhões em 31 de dezembro de 2018.

### **Passivo circulante**

#### *Fornecedores*

O saldo a pagar de fornecedores apresentou um aumento de 58,8%, passando de R\$ 8,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 12,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função do aumento no volume de atividades da Companhia e aumento nos investimentos de capital. O saldo de fornecedores refere-se basicamente à aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPI's, peças e ferramentas, material de pintura, material de escritório, serviços prestados, fretes, viagens e bens do ativo imobilizado, adquiridos no curso normal dos negócios.

#### *Fornecedores – partes relacionadas*

O saldo de fornecedores – partes relacionadas de R\$ 0,4 milhão, em 31 de dezembro de 2018, refere-se a valores a pagar à controlada em conjunto R&R, referentes à compra de estoques para revenda (mantas removíveis) e à compra de material de consumo de isolamento térmico.

#### *Empréstimos e financiamentos*

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou um aumento de 22,8%, passando de R\$ 43,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 53,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse incremento foi consequência da necessidade de capital de giro, em função, principalmente, de empréstimos contraídos pela controlada Smartcoat.

#### *Salários e encargos sociais*

O saldo de salários e encargos sociais apresentou um aumento de 32,0%, passando de R\$ 21,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 28,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento teve como principal causa a alteração na data de pagamento dos salários da controladora e da controlada Priner Locação, passando do último dia do mês para o quinto dia útil do mês subsequente ao da competência, fato ocorrido em meados do exercício de 2018.

#### *Imposto de renda e contribuição social*

O saldo de imposto de renda e contribuição social de R\$ 1,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018, refere-se a valores a pagar da controlada Priner Locação, tributados pelo lucro presumido, conforme apurado no 4º trimestre de do exercício de 2018, cujo recolhimento ocorreu em 2019.

#### *Tributos a pagar*

O saldo de tributos a pagar não apresentou variação significativa (redução de 18,9%), passando de R\$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 2,6 milhões em 31 de dezembro de 2018.

#### *Juros sobre o capital próprio*

O saldo de juros sobre o capital próprio de R\$ 2,0 em 31 de dezembro de 2018 corresponde ao saldo a pagar (50%) dos juros sobre capital próprio aprovado pelo Conselho de Administração, em 29 de dezembro de 2017.

#### *Contas a pagar por aquisição societária*

O saldo de contas a pagar por aquisição societária de R\$ 6,5 milhões, em 31 de dezembro de 2018, representa a obrigação pela aquisição da controlada Smartcoat, a ser liquidada no exercício de 2019.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### *Instrumentos Derivativos Financeiros (Swap)*

O saldo de instrumentos derivativos financeiros (swap) representa a diferença (valor a receber) entre a variação cambial de empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira e a variação de juros em moeda nacional. Tendo sido constatada variação ativa, em 31 de dezembro de 2018, o respectivo saldo encontra-se registrado no ativo circulante. A Companhia adota estratégia de proteção total do risco cambial decorrente de dívidas contratadas em moeda estrangeira.

### *Mútuo a pagar*

O saldo de mútuo consolidado a pagar de R\$ 2,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018, decorre de mútuos firmados durante o exercício social de 2018, entre a Companhia, controladas e seus administradores, representando dívida a vencer de curto prazo.

### *Outros passivos*

O saldo de outros passivos apresentou aumento de 71,0%, passando de R\$ 0,5 milhão em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 0,8 milhão em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento foi causado basicamente em função do aumento dos valores recebidos a títulos de adiantamento a clientes (28%) e dos valores a reembolsar aos funcionários (46%) por conta de despesas realizadas em viagens a serviço, dentre outras.

## **Passivo não circulante**

### *Empréstimos e financiamentos*

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou uma redução 35,9%, passando de R\$ 21,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 13,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa redução foi causada pela transferência para o curto prazo de acordo com o vencimento dos empréstimos.

### *Mútuo a pagar*

O saldo de mútuo consolidado a pagar de R\$ 4,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018, decorre de mútuos firmados durante o exercício social de 2018, entre a Companhia, controladas e seus administradores, com vencimentos entre o meses de janeiro e setembro do ano de 2020.

### *Contas a pagar por aquisição societária*

O saldo de contas a pagar por aquisição societária de R\$ 2,2 milhões, em 31 de dezembro de 2018, representa a dívida de longo prazo com a aquisição, em 28 de julho de 2017, de participação societária na controlada Smartcoat.

### *Instrumento derivativo financeiro*

O saldo de instrumentos financeiros de R\$ 1,9 milhões, em 31 de dezembro de 2018, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados para aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de venda (*put*) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49 % e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de venda estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2018, de modo que 17% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R e 83% do saldo se refere à controlada Smartcoat.

### *Provisão para risco*

O saldo de provisões para riscos não apresentou variação relevante (redução de 12,7%), passando de R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 4,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Do saldo de R\$ 4,8 milhões, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 2,1 milhões representam riscos com processos trabalhistas, considerados de perda provável, de acordo com parecer dos consultores

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

jurídicos externos da Companhia, e R\$ 2,7 milhões são passivos contingentes identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra referente à aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat, conforme o laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 – combinação de negócios.

**Patrimônio líquido***Capital social*

O capital social da Companhia apresentou incremento de 27,47%, passando de R\$ 41,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 53,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento decorreu do aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2018.

*Reserva de Capital*

Não houve variação na reserva de capital da Companhia, a qual se manteve em R\$ 2,3 milhões, em 30 de setembro de 2019. Essa reserva é referente ao planos de opções para administradores e certos empregados da Companhia. Vide item 13.4 deste documento.

*Reserva de lucros*

A reserva lucros da Companhia apresentou aumento de 94,6%, passando de R\$ 2,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento decorreu do resultado positivo no período.

*Dividendos Adicionais Propostos*

No exercício social de 2018, a Companhia destinou o saldo de R\$ 0,7 milhões de dividendos mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, que foram objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2019.

**Demonstrações de fluxo de caixa****Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Demonstrações de fluxo de caixa	Exercício social encerrado em		
	2019	2018	Variação 2019x2018
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(%)
<b>1-Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Lucro antes dos impostos	-5.825	5.965	-197,65%
Ajustes:			
Depreciação e amortização	19.704	14.682	34,21%
Perda (ganho) na baixa dos ativos imobilizados e intangíveis	-205	101	-302,97%
Equivalência patrimonial	-797	-448	77,90%
Juros, variação monetária sobre os empréstimos, atualização de derivativos e aquisição societária	8.864	1.511	486,63%
Ajuste em valor de preço de aquisição - Smartcoat	-	-700	-100,00%
Provisão para riscos	465	-695	-166,91%
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-1.798	-4.007	-55,13%
Custos da transação a apropriar – debêntures	-2.096	-	100,00%
<b>Variação nos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber	18.009	2.181	725,72%
Contas a receber - partes relacionadas	-	1	-100,00%
Estoques	360	610	-40,98%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Tributos a recuperar	-2.845	-11.138	-74,46%
Outros ativos e despesas antecipadas	634	-1.912	-133,16%
Fornecedores	-4.552	4.330	-205,13%
Fornecedores - partes relacionadas	-58	-1.140	-94,91%
Operações de risco sacado	5.347	-	100,00%
Salários e encargos sociais	-3.418	6.875	-149,72%
IR e CS passivo	-129	-2.519	-94,88%
Tributos a pagar	352	-607	-157,99%
Outros passivos	5.490	3.501	56,81%
Impostos pagos	-6.096	-3.757	62,26%
<b>Caixa líquido - atividades operacionais</b>	<b>31.406</b>	<b>12.834</b>	<b>144,71%</b>

**2 - Fluxo de Caixa Atividade de Investimento**

Resgate/(Aplicação) em títulos e valores mobiliários	-3.542	1.790	-297,88%
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	-16.481	-14.909	10,54%
Caixa recebido na venda de imobilizado	450	380	18,42%
<b>Caixa líquido - atividades de investimento</b>	<b>-19.573</b>	<b>-12.739</b>	<b>53,65%</b>

**3 - Fluxo de Caixa - Atividade de Financiamento**

Aporte de Capital	20.000	11.500	73,91%
Emissão de debêntures	67.500	-	100,00%
Depósitos bancários vinculados	-6.755	-	100,00%
Ajuste adoção inicial CPC 47/48	-	-5.285	-100,00%
Dividendos recebidos	765	765	0,00%
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-910	-1.996	-54,41%
Mútuo a receber - partes relacionadas	245	-245	100,00%
Mútuo a pagar - partes relacionadas	2.634	6.979	-62,26%
Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat- principal	-742	-1.278	-41,94%
Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat- juros	-179	-98	82,65%
Captação de empréstimos	20.023	50.940	-60,69%
Operação de duplicatas descontadas	-3.920	3.924	100,00%
Pagamento arrendamento mercantil - CPC 06 R2	-1.928	-	100,00%
Amortização de empréstimos – principal	-71.487	-56.582	26,34%
Juros pagos	-3.552	-5.821	-38,98%
Juros pagos s/ debêntures	-4.056	-	100,00%
Amortização de Swap	1.286	-142	-1005,63%
<b>Caixa líquido - atividades de financiamento</b>	<b>18.924</b>	<b>2.661</b>	<b>611,16%</b>

**Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa**

<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>30.757</b>	<b>2.756</b>	<b>1016,00%</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>3.400</b>	<b>644</b>	<b>427,95%</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício</b>	<b>34.157</b>	<b>3.400</b>	<b>904,62%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$ 31,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 12,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O crescimento da geração de caixa em 2019 em relação a 2018 foi ocasionado pelo incremento das receitas de locação e aumento das operações de antecipações de recebíveis e risco sacado.

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia foi negativo em R\$ 19,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e negativo em R\$ 12,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incrementamos as aplicações financeiras em função da geração de caixa e aumentamos os investimentos em equipamentos para atender a crescente demanda por locações.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$ 18,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 2,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O evento relevante ocorrido em 2019 foi a emissão de debêntures (R\$ 67,5 milhões), que teve como objetivo o alongamento do perfil da dívida da Companhia.

**Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

Demonstrações de fluxo de caixa	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação 2018x2017
	2018	2017	
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(%)
<b>1-Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Lucro antes dos impostos	5.965	(13.662)	-143,66
Ajustes:			
Depreciação e amortização	14.682	12.204	20,30
Perda (ganho) na caixa dos ativos imobilizados e intangíveis	101	(561)	-118,00
Equivalência patrimonial	(448)	(186)	140,86
Juros, variação monetária sobre os empréstimos, atualização de derivativos e aquisição societária	1.511	8.224	-81,63
Ganho por compra vantajosa	(700)	(2.391)	-70,72
Provisão para riscos	(695)	688	-201,02
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(4.007)	1.356	-395,50
Despesas de stock options reconhecida no exercício.	-	743	-100,00
Baixa de investimentos em controlada em conjunto - SCP	-	36	-100,00
<b>Variação nos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber	2.181	6.606	-66,98
Contas a receber - partes relacionadas	1	(1)	-200,00
Estoques	610	(1.647)	-137,04
Tributos a recuperar	(11.138)	(6.118)	82,05



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Outros ativos e despesas antecipadas	(1.912)	(1.277)	49,73
Fornecedores	4.330	(1.988)	-317,81
Fornecedores - partes relacionadas	(1.140)	1.840	-161,96
Salários e encargos sociais	6.875	(868)	-892,05
IR e CS passivo	(2.519)	2.623	-196,04
Tributos a pagar	(607)	(2.329)	-73,94
Outros passivos	3.501	(354)	-1.088,98
Impostos pagos	(3.757)	(2.723)	37,97
<b>Caixa líquido - atividades operacionais</b>	<b>12.834</b>	<b>215</b>	<b>5.869,30</b>

**2 - Fluxo de Caixa Atividade de Investimento**

Resgate/(Aplicação) em títulos e valores mobiliários	1.790	(1.864)	-196,03
Aquisição de controlada em conjunto (R&R)	-	(2.200)	-100,00
Aquisição de controlada (Smartcoat) - principal (consolidado líquido do caixa adquirido)	-	(13.318)	-100,00
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(14.909)	(7.715)	93,25
Caixa recebido na venda de imobilizado	380	962	-60,50
<b>Caixa líquido - atividades de investimento</b>	<b>(12.739)</b>	<b>(24.135)</b>	<b>-47,22</b>

**3 - Fluxo de Caixa - Atividade de Financiamento**

Aporte de Capital	11.500	6	191.566,67
Ajuste adoção inicial CPC 47/48	(5.285)	-	-
Dividendos recebidos	765	-	100,00
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(1.996)	(3.996)	-50,05
Mútuo a receber - partes relacionadas	(245)	-	-
Mútuo a pagar - partes relacionadas	6.979	-	100,00
Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Priner Serviços - principal	-	(15.647)	-100,00
Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Priner Serviços - juros	-	(8.230)	-100,00
Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat- principal	(1.278)	(750)	70,40
Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat- juros	(98)	(14)	600,00
Amortização de empréstimos - principal	(56.582)	(22.011)	157,06
Captação de empréstimos	50.940	67.788	-24,85
Operação de duplicatas descontadas	3.924	-	100,00
Juros pagos	(5.821)	(3.698)	57,41
Amortização de Swap	(142)	(947)	-85,01
<b>Caixa líquido - atividades de financiamento</b>	<b>2.661</b>	<b>12.501</b>	<b>-78,71</b>

**Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa**

<b>2.756</b>	<b>(11.419)</b>	<b>-124,14</b>
--------------	-----------------	----------------

**Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício**

<b>644</b>	<b>12.063</b>	<b>-94,66</b>
------------	---------------	---------------

**Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício**

<b>3.400</b>	<b>644</b>	<b>427,95</b>
--------------	------------	---------------

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$ 12,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 0,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O aumento é devido, basicamente, ao crescimento do lucro líquido da Companhia.

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia foi negativo em R\$ 12,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e negativo em R\$ 24,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia incrementou investimentos em equipamentos produtivos, em função do aumento de demanda para locações. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, além dos investimentos em equipamentos produtivos, houve impacto referente à aquisição de participações na Smartcoat e na R&R.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$ 2,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 12,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reduziu o volume de captação de empréstimos, compensando esse movimento com aporte de capital concedido pelos seus acionistas, empréstimos de mútuo recebido de partes relacionadas e operações de antecipações de recebíveis. O aumento no volume de captações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi fruto, principalmente, da necessidade de financiamentos para quitação da última parcela anual referente à aquisição da Priner, de pagamento do sinal referente à aquisição de participação acionária na Smartcoat, além de financiamento das necessidades de capital de giro.

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 - Resultado Operacional e Financeiro

#### 10.2 Os diretores devem comentar:

##### a. Resultados das Operações da Companhia, em especial:

##### i. descrição de componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é integralmente denominada em reais e provém da prestação de serviços de engenharia de acesso, tratamento de superfície, pintura industrial, isolamento térmico, habitáculos pressurizados e locação, venda e indenização de equipamentos não devolvidos ou danificados pelos clientes da Companhia.

A tabela a seguir apresenta a participação de cada uma dessas categorias no total de sua receita líquida de bens e serviços nos períodos indicados:

Descrição	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Prestação de serviços e cessão	277.609	289.101	211.966
Locação de equipamentos	56.227	33.613	21.031
Vendas	14.362	4.462	2.826
Indenização e recuperação	414	61	679
<b>Total</b>	<b>348.612</b>	<b>327.237</b>	<b>236.502</b>

##### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados são custos de execução de obras, que incluem aqueles relativos a (i) pessoal para prestação dos serviços, montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando feitas pela Companhia; (ii) equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque é insuficiente para atender à demanda; (iii) despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos; e (iv) fretes de transporte de equipamento entre filiais e eventualmente para os clientes.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018, 2017, os custos de execução de obras representaram, respectivamente, 87%, 95% e 94% do total dos principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia, excluindo-se a depreciação. Essa representatividade dos custos de execução de obras é típica no negócio da Companhia, visto sua atividade ser intensiva no uso de mão de obra.

As principais despesas operacionais são despesas com coordenação de contratos, que compreendem aquelas relativas às equipes de projetos e de engenheiros da área comercial responsáveis pela prospecção de novos negócios, gestão e acompanhamento de cada um dos contratos da Companhia, incluindo salários, encargos e benefícios, viagens, representações e comunicação. Dada a natureza dos negócios da Companhia, não existe uma equipe exclusivamente voltada para vendas. Além das despesas já descritas, as despesas operacionais incluem aquelas relativas a QSMS, serviços gerais, marketing, suprimentos e provisões para devedores duvidosos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as despesas da Companhia com coordenação de contratos corresponderam a 26%, 44% e 37% do total das despesas operacionais.

Outras despesas operacionais, gerais e administrativas relevantes incluem: (i) despesas administrativas, que compreendem aquelas incorridas com a área financeira, de relações com investidores, recursos humanos e presidência, inclusive salários e benefícios, (ii) participação dos empregados nos resultados e despesas com planos de opções de compra de ações, (iii) outras despesas administrativas, que compreendem, principalmente, atualizações e ajustes de provisões para contingências.

O resultado financeiro compreende o total das despesas financeiras da Companhia, líquido do total das receitas financeiras da Companhia. As principais despesas financeiras são juros e variação monetária ativa sobre empréstimos e contas a pagar relativo a aquisição de participação societária.

## **10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

As principais receitas financeiras correspondem a variação monetária ativa sobre créditos e juros sobre títulos eventualmente pagos em atraso pelos clientes da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

As despesas com imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,0% para o imposto de renda e de 9,0% para a contribuição social.

**b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações dos preços e dos volumes dos serviços prestados e dos equipamentos locados aos seus clientes. Introdução de novos produtos e serviços também impacta diretamente a receita. Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes só ocorrem na renovação ou no fechamento de novos contratos, refletindo a inflação passada. Atualmente, a receita da Companhia não tem correlação com a flutuação de taxas de câmbio.

**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

As despesas da Companhia estão sujeitas a impactos decorrentes da inflação via reajustes salariais de seu pessoal, do aumento de valor dos serviços que contrata, tais como fretes, dos insumos que utiliza na prestação dos serviços, tais como tintas e materiais para isolamento térmico, e das despesas financeiras relativas ao endividamento bancário. Além disso, os equipamentos nos quais a Companhia investe para utilizar em sua prestação de serviços, também estão sujeitos a aumentos por inflação e por variação do preço das commodities, principalmente aço e alumínio.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

**10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional, nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 18 de março de 2016, a Companhia constituiu a sociedade denominada Priner Locação de Equipamentos S.A., registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 11 de abril de 2016.

Em 09 de janeiro de 2017, ocorreu a transferência das atividades de locação à Priner Locação de Equipamentos S.A., formalizada através de ata da assembleia extraordinária a título de adiantamento para futuro aumento de capital, mediante a transferência do acervo líquido dos bens de equipamentos de locação de titularidade da Companhia, tendo sido integralizado em 21 de fevereiro de 2017. A Companhia não espera que esse ato tenha efeito relevante nas suas demonstrações financeiras.

Em 24 de janeiro de 2017, a Companhia adquiriu 51% das quotas representativas do capital social da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda., a qual foi criada em dezembro de 2010 e tem como atividade principal a fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, acústico e proteção passiva contra fogo. A R&R apresentou resultados econômicos e financeiros positivos no exercício social de 2017 e realizou distribuição de dividendos em 23 de janeiro de 2018, cabendo à Priner o recebimento de R\$ 765 mil. Seus resultados são reconhecidos via equivalência patrimonial.

Em 28 de julho de 2017, a Companhia adquiriu 75% das quotas representativas do capital social da Smartcoat Engenharia em Revestimento Ltda. (atualmente denominada Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A.), cuja atividade principal é a prestação de serviço de preparação de superfícies, pintura industrial, engenharia em revestimento e locação de equipamentos de hidro-jato. Conforme mencionado nos itens 10.1.a (com relação aos exercícios sociais de 2017 e 2018) e 10.1.h (alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras), a Smartcoat gerou impactos negativos na liquidez e na rentabilidade da Companhia em 2017 e 2018. Os diretores acreditam na reversão destes impactos negativos no futuro.

**c. eventos ou operações não usuais**

Não houve evento ou operação não usual por parte da Companhia, nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4 - Os diretores devem comentar

#### a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alteração de práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

Em 2018, em função da adoção da NBC TG 47 (IFRS 15) – Receita com contratos de clientes, os seguintes alterações foram realizadas: (i) constituição de provisão do custo estimado para desmobilização de contratos com respectiva amortização na data da efetiva desmobilização; (ii) constituição de despesa antecipada (conta ativa) referente aos custos para mobilização de contratos até o início das atividades, amortizando-a em período de seis meses após início das medições dos serviços prestados (iii) reflexo tributário sobre os ajustes (i) e (ii).

Adicionalmente, em 2018, em função da adoção da NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, a metodologia para apuração da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa foi alterada. Em função da adoção inicial, foi constituída provisão em conta redutora do contas a receber de R\$ 7,4 milhões, tendo como contrapartida R\$ 5,0 milhões na conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido e R\$ 2,4 milhões na conta de IR e CS diferidos no ativo circulante.

Com relação ao exercício social corrente, a Companhia aplicou inicialmente a NBC TG 06/R2 (IFRS

16) em 1º de janeiro de 2019 usando a abordagem retrospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a NBC TG 06/R2 (IFRS 16). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou a NBC TG 06/R2 (IFRS

16) apenas para os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos. A Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil.

Os impactos significativos identificados pela adoção da NBC TG 06/R2 (IFRS 16) nos ativos e passivos da Companhia são decorrentes dos contratos de arrendamento de imóveis utilizados pela Companhia e por suas controladas para suas unidades operacionais (sede e filiais).

Adicionalmente, a NBC TG 06/R2 (IFRS 16) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

#### b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alteração de práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

Com relação ao exercício social de 2018 e 2019, vide comentário no item anterior.

#### c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes

Não houve ressalvas nos relatórios dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.



## **10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não constam parágrafos de ênfase.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

**10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

### ***Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras***

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a diretoria da Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

#### **(i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido ao custo**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e das expectativas da Administração para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa ou investimento objetos dos testes. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### **(ii) Transações com pagamentos baseados em ações**

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

#### **(iii) Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência da administração e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****(iv) Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros tais como os títulos e valores mobiliários apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**(v) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa**

A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, considerando em suas premissas o conceito de perda de crédito esperadas.

**(vi) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**(vii) Vida útil dos bens do imobilizado**

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício a Companhia acessou a vida útil dos bens e concluiu que o prazo de 10 anos representa com razoabilidade a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantido para seus equipamentos no exercício de 2019.

**(viii) Reconhecimento de Receita**

As receitas de prestação de serviços, incluindo a cessão de equipamentos que são utilizados nos serviços, são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

A diretoria da Companhia apresenta, a seguir, uma discussão sobre o que considera como práticas contábeis relevantes para apresentação das informações financeiras da Companhia.

**(i) Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem o caixa, depósitos bancários, aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

**(ii) Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa,

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) – Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia em 01 de janeiro de 2018, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- **Valor justo por meio do resultado:** quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.
- **Custo amortizado:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

### (iii) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda quando da prestação dos serviços, incluindo a cessão de equipamentos que são utilizados nos serviços e as vendas de mercadorias para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

prestados ou vendas de mercadoria.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável.

A perda esperada para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apuradas em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perda de crédito esperadas.

(iv) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

(v) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

(vi) Investimentos em controlada e sociedade em conta de participação

Os direitos e obrigações detidos pela Companhia na sociedade controlada em conjunto, conforme detalhado na Nota Explicativa 7 foram avaliados pela Administração da Companhia à luz dos requerimentos do CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, resultando na classificação do mesmo como um empreendimento controlado em conjunto.

Um empreendimento controlado em conjunto é um acordo através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle.

Os resultados e os ativos e passivos da sociedade controlada em conjunto são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da sociedade controlada em conjunto.

As exigências do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia na sociedade controlada em conjunto. Quando necessário, o valor contábil total da sociedade controlada em conjunto é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 (R1) como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo de venda) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida, quando aplicável, fará parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 01 (R1) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

(vii) Imobilizado de locação e uso operacional

O imobilizado de locação e uso operacional, composto por andaimes suspensos, estruturas de acesso, equipamento de pintura, jateamento e isolamento e habitáculos pressurizados, é utilizado para prestação de serviços a terceiros.

O imobilizado de uso próprio consiste em máquinas e equipamentos, em instalações para guarda dos equipamentos, edificações, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento destas instalações.

São avaliados ao custo histórico deduzido de depreciação e perda por redução recuperável acumuladas, quando aplicável. Custo histórico inclui gastos diretamente atribuídos à aquisição dos bens do ativo imobilizado.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear que levam em consideração a estimativa de vida útil- econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2019 e concluiu que não há alterações a realizar nesse exercício.

### (viii) Intangível – Software

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de cinco anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia revisou a vida útil do ativo intangível no exercício de 2019 e concluiu que não há alterações a realizar nesse exercício.

### (ix) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa- UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

### (x) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### (xi) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão. As provisões, quando constituídas, são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato.



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****(xii) Participação nos lucros**

O reconhecimento dessa participação é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte. O valor de participação de resultados é fixado com base no Valor Econômico Agregado - EVA.

O EVA indica se a rentabilidade de um determinado negócio (empreendimento) foi superior ou inferior ao custo do capital empregado, considerando a estrutura de capital da Companhia.

Seu cálculo é feito através da seguinte fórmula: (Lucro operacional após o imposto de renda) – (capital empregado x custo médio ponderado de capital).

**(xiii) Plano de opção de compra de ações**

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

**(xiv) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla diariamente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros e spreads) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das demonstrações financeiras.

**(xv) Capital social**

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****(xvi) Distribuição de dividendos e juros de capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros de capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado e reclassificado para o patrimônio líquido, sendo dado ao JCP o mesmo tratamento de apresentação contábil dos dividendos.

**(xvii) Reconhecimento de receitas e despesas**

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita de locação é reconhecida *pró-rata temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Desta forma a receita da Companhia se divide em locação, serviços e indenizações.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

Receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

**(xviii) Resultado por ação**

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e na IAS 33.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades, não evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

**iv. contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**10.7** Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

**b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

#### a. investimentos, incluindo:

##### i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A distribuição dos investimentos em 2017 foi: 88% direcionados a investimentos produtivos, 10% referentes a informática (ERP e outros) e 2% relativos a benfeitorias. Os investimentos produtivos referem-se, principalmente, a Web Deck, habitáculos pressurizados, material tubular, pisos e empilhadeiras.

A distribuição dos investimentos em 2018 foi: equipamento de acesso (69%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (25%), habitáculos pressurizados (1%), informática (2%) e diversos (3%).

A distribuição dos investimentos em 2019 foi: equipamentos de acesso (66%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (23%), habitáculos pressurizados (7%), informática (2%) e diversos (2%).

A Companhia persegue o objetivo de investir em equipamentos que gerem melhoria de produtividade, visto o negócio da Companhia ser intensivo no uso de mão de obra.

Atualmente, os planos da Companhia preveem investimentos limitados a equipamentos produtivos que gerem redução imediata de custos ou necessários para o atendimento a novos contratos de prestação de serviços e/ou locação.

##### ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia avalia as fontes de investimento disponíveis no mercado financeiro no momento da realização de investimentos. A escolha da fonte de financiamento é feita com base nos custos dos financiamentos disponíveis, na liquidez da Companhia no momento da captação, no retorno financeiro previsto para os projetos de investimento, na previsão de fluxo de caixa e, consequentemente, na liquidez da Companhia prevista para o horizonte do projeto.

Para eventuais fusões e aquisições, a Companhia considera diversas alternativas para fontes de financiamento, dentre as quais destacamos: financiamentos bancários, aporte de capital dos sócios e uso de recursos disponíveis em caixa.

##### iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste documento, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

#### b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

**c. novos produtos e serviços, indicando:**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****10.9 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o montante gasto com participação em feiras e com publicidade foi de 0,2 milhões comparado com R\$ 0,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 0,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. A decisão para alocação de recursos é tomada de acordo com a relevância das feiras realizadas.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.